



Vol. 5 N.1
ISSN 1677-7220
Janeiro a Junho de 2006

Revista
BIBLIOMAR



Revista
BIBLIOMAR

Um novo olhar para o conhecimento

Publicação Semestral do Curso de Biblioteconomia
Universidade Federal do Maranhão



EDITORIAL
ARTIGOS

Um novo olhar para o conhecimento

CENSURA AO IMPRESSO NO PERÍODO MILITAR 5

Diana Rocha da Silva, Marta Cristina S. Avelar

E-BOOKS: vantagens e desvantagens na era da globalização 17

Adriana Barros, Diana Rocha, Francilene Cardoso, Indiana Costa,
Marcela Champoudry, Mariane Lima, Marta Avelar

OS LIMITES DA CENSURA 37

Fernanda Kátia Silva de Sousa, Ligia Rocha de Moraes Rego

**SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO VERSUS O
CIDADÃO COMUM 55**

Francilene do Carmo Cardoso

**PESQUISA ESCOLAR E USO DA INTERNET: busca e uso de
informações on-line 63**

Carlos Wellington Martins, Luhlida Ribeiro Silveira

**O USO DA INTERNET COMO RECURSO INFORMACIONAL EM
UMA BIBLIOTECA 79**

Kátia Soares dos Santos, Roseane Maria do Nascimento Silva

BIOGRAFIA 97

FIQUE POR DENTRO 103

Rev. Bibliomar	São Luís	v. 5	n. 1	p. 1-105	jan. / jun. 2006
----------------	----------	------	------	----------	------------------

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Prof^a Fernando Antonio Guimarães Ramos
Reitor

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Prof Dr. César Augusto Castro
Diretor

CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Prof^a Ms. Maria da Glória Serra P. de Alencar
Chefe do Departamento

Prof^a Dr^a Cenidivalva Miranda de Sousa Teixeira
Coordenadora

EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL

Prof^a Ms. Rita Gonçalves Marques
Portella Ferreira - Presidente

Alba Valéria Santos Oliveira

Ligia Rocha de Moraes Rego

Vanessa de Lourdes Trindade

Roseana dos Anjos de Queiroz

Rosiene Araújo Mendes

Wilberth Santos Raiol

End: Av. dos Portugueses, s/n
Campus Universitário do Bacanga
São Luís – Maranhão
CEP: 65.080-040
Site: www.revistabibliomar.net.br

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Capa: Davidson Lima Barros

Editoração: Roseana dos Anjos de Queiroz

Produção Gráfica: Comissões Editoriais e de Comunicação

Consultores Ad Hoc:

Prof^o Dr^o. Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira

Prof^o Ms. Cássia Cordeiro Furtado

Prof^o Ms. Raimunda Ramos Marinho

Prof^o Ms. Rita Gonçalves M. P. Ferreira

Prof^o Ms. Silvana Maria de Jesus Vetter

Revisão de Normalização:

Roseana dos Anjos de Queiroz

Diana Rocha da Silva

Marta Cristina Sobrinho

Revisão de Editoração: Roseana dos Anjos de Queiroz

Impressão: Gráfica Universitária - UFMA

Tiragem: 200 exemplares

Distribuição: Comissão de Comunicação e Divulgação

Endereço: Universidade Federal do Maranhão - Centro de Ciências Sociais

Coordenação Curso de Biblioteconomia

End.: Av. dos Portugueses, S/N

Campus Universitário do Bacanga

São Luís - Maranhão - CEP.: 65.080-040

As informações expressas na **Revista Bibliomar** são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Revista Bibliomar/Curso de Biblioteconomia. - v.5, n.1 (2006)

..São Luís:UFMA, 2006.

v. 5 ; 30 cm

Semestral.

ISSN-1677-7220

1. Biblioteconomia - Periódicos I. Universidade Federal do Maranhão.
Curso de Biblioteconomia.

CDD 020.5

CDU 02 (05)

E d i t o r i a l

A proposta acadêmica em unir ensino, pesquisa e extensão, pode ser, visivelmente, evidenciada em projetos que estimulem e forneçam aparatos para o uso de competências adquiridas no processo educacional. É nesse contexto que a Revista BIBLIOMAR se insere, assumindo para si o papel de principal meio na utilização de conhecimentos adquiridos na disciplina Política Editorial.

Além de propiciar a prática de técnicas referentes a editoração e normalização, os alunos são responsáveis desde a captação dos originais até o projeto gráfico da revista, favorecendo com isso a aplicação dos conhecimentos de sala de aula, aliando teoria com a prática, ocasionando uma assimilação perfeita de conteúdo.

A publicação da Revista BIBLIOMAR, visa, também, estimular a produção acadêmica dos discentes na elaboração de artigos científicos, cumprindo assim o seu papel de incentivadora e disseminadora de informações relevantes ao Curso de Biblioteconomia. Nesse sentido, apresentamos com muito orgulho e satisfação a edição da Revista BIBLIOMAR, v.5, n.1, resultado de um esforço coletivo das comissões envolvidas.

Carlos Wellington Soares Martins

CENSURA AO IMPRESSO NO PERÍODO MILITAR

Diana Rocha da Silva*

Marta Cristina S. Avelar

Estudantes do 6º período do Curso de Biblioteconomia da
Universidade Federal do Maranhão e

*Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET

RESUMO

Abordagem sobre a censura ao impresso no período militar. Focaliza a aplicação da censura no Brasil e no mundo. Ressalta que a censura surgiu com a necessidade do homem compartilhar com seus semelhantes bens e idéias. Explica que a censura no Brasil não foi diferente do resto do mundo, seus objetivos basearam-se na eliminação de qualquer tipo de oposição e teve um caráter autoritário, buscando os interesses de uma minoria, contrariando ou distorcendo as suas reais finalidades. Destaca que a censura no período militar foi de intensa repressão, quando o direito à liberdade de expressão foi condenado à extinção, em nome de uma falsa ideologia. Conclui que a censura ao impresso não passou de uma estratégia criada pelo Estado para inibir qualquer publicação que pudesse se contrapor às "verdades" impostas pelo regime vigente, dificultando a circulação de idéias, e um retrocesso intelectual nas mentes de todos os brasileiros, obstruindo a manifestação popular e o raciocínio crítico, dificultando, ainda, a busca de novos caminhos para a construção da cidadania.

Palavras -Chave: Censura no Brasil. Período militar. História.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história podemos perceber várias formas de reprimir idéias consideradas sediciosas. Na Idade Média, a Igreja católica, desconfiada de que seus poderes pudessem ser abalados por leituras seculares, criou a lista dos livros proibidos, garantindo, assim, uma perpetuação dos seus ensinamentos e um conseqüente retrocesso intelectual, no intuito de se proteger das idéias racionalistas do período clássico, combatendo todo aquele que, de alguma forma, divulgasse algum ensinamento ao qual fosse contrária. Neste sentido, Fagundes (1994, p. 27) declara que:

[...] a Igreja Católica Romana, que exerce seu poder tanto temporal como espiritual sobre seus seguidores, tem, passo a passo com os governantes, feito sua própria censura. O Index Librorum Expurgatorum (ou Prohibitorium), recentemente extinto, é um catálogo de publicações condenadas pela autoridade papal, inspirada em ordem moral ou doutrinária.

Falar de censura no Brasil, não é tarefa tão difícil de discorrer, já que, assim como no mundo, a imposição dos dominadores sempre prevaleceu à vontade dos dominados. Essa imposição se deu de várias formas, como política e econômica, e em todos os níveis da sociedade. Esse domínio esteve nitidamente presente, desde a chegada dos portugueses na América, quando se implantou o catolicismo no país, dando início à posse do território, em nome do rei de Portugal, assinalando, também, a imposição aos nativos. Com a emancipação política do país, pouca coisa

mudou em relação a essa dominação, uma vez que, o processo de "independência" foi inteiramente comandado pelas classes dominantes, e em nada modificou as duras condições de vida da maioria dos brasileiros, ou seja, a maioria do povo não tinha razão para comemorar.

A libertação político-cultural de uma nação se dá, principalmente, pela educação, onde a leitura se destaca como o maior mecanismo transmissor de conhecimento. O Estado, sabedor do poder que o livro ou obras escritas têm, criou mecanismos de repressão responsáveis por vigiar, apreender as literaturas tidas como perigosas e processar seus mentores intelectuais. O Estado defendia seus interesses, interferindo na disseminação a informação e permitindo o que poderia ou não ser divulgado.

No período militar, época de profunda instabilidade política, cultural e financeira, havia uma necessidade ardente de conter qualquer idéia que contrariasse a vontade dos dominadores. Assim, o Estado criou "instrumentos legais de repressão", que considerava inimigo do governo todo aquele que se opunha à ditadura militar. Com o objetivo de manter o controle, a imprensa se tomou uma força política a serviço do Estado e dos "poderosos". Os governos sempre a utilizam e temem; por isto, bajulam, vigiam, controlam e punem os meios de comunicação de massa, quando estes se contrapõem aos seus interesses.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é compreender os motivos que levaram o Estado a reprimir todo tipo de publicação

que incentivasse a liberdade de expressão por meio dos livros, revistas, folhetos etc., no Período Militar, destacando o conceito de censura, evidenciando a censura no Brasil durante o Período Militar. A metodologia utilizada centrou-se na pesquisa bibliográfica, partindo da análise sucinta de relatos históricos, artigos e livros científicos de teóricos como Carneiro (1999) na obra "Livros proibidos, idéias malditas", que descreve a perseguição aos livros, editoras, livrarias, intelectuais e as estratégias utilizadas para camuflar e divulgar as obras consideradas sediciosas. Fagundes (1974), na obra "Censura & liberdade de expressão", aborda o poder que a palavra escrita exerce, numa sociedade com tantos contrastes sociais; Machado (1978), com a obra "Opinião X Censura: momentos de luta de um jornal pela liberdade", apresentam as limitações impostas aos jornais e as estratégias de controle utilizadas para refrear o crescimento e a propagação do conhecimento no Período Militar, focalizando o Jornal Opinião; Castro (2006) na obra "Produção e circulação de livros no Brasil: dos jesuítas (1550) aos militares (1970)", discute a censura aos livros, tendo como referência a análise da Ordem dos Jesuítas e a ação dos militares na década de 70.

2 CENSURA

A palavra censura é originária do latim *censura* e, dentre outros significados, segundo o Aurélio (2000), quer dizer,

reprovação, admoestação, repreensão e condenação. A censura, de acordo com Fagundes (1995) surgiu com a necessidade do homem compartilhar, com seus semelhantes, bens e idéias. Para que haja uma nação politicamente organizada, tornando-se um Estado, é imprescindível a instituição de um governo que organize e oriente o povo para o cumprimento dos seus direitos e deveres, ensinando as relações entre os indivíduos e o Estado. Deste modo, o Estado cria regras que podem ser representadas de diversas formas, como a censura, que, no Brasil, assumiu um caráter nitidamente repressor.

Neste sentido, é necessária a sua aplicação em qualquer constituição física, visando à perfeita harmonia entre as partes. Por exemplo: o organismo humano, para funcionar eficazmente, deve seguir padrões de alimentação, descanso e lazer, entre outros; sem essas atividades primordiais, o organismo apresenta problemas, fazendo-se necessário o restabelecimento da normalidade, através da aplicação da censura. Na sociedade, a quebra de valores, regras e crenças ocasionam uma desestruturação do "organismo" (sociedade), fazendo-se necessário o estabelecimento da ordem de alguns fatores políticos, culturais ou sociais que sejam nocivos ao bem-estar social.

O estabelecimento da ordem é comandada, infelizmente, por uma minoria dominadora, que faz do seu discurso uma verdade absoluta, onde quem não comunga das mesmas idéias, é excluído, rejeitado, separado da sociedade. Assim, caso o governo pretenda,

pode reprimir até mesmo a simples veiculação de idéias, desde que sejam contrárias à ordem vigente.

3 CENSURA NO BRASIL

Em 1808, com a vinda de D. João para o Brasil, foi criada a censura brasileira responsável por examinar papéis e livros, cuidando que nada imprimissem contra a religião, o governo e os bons costumes (FAGUNDES, 1994, p. 28). Em 1845, durante o Império de D. Pedro II, criou-se o Conservatório Dramático Nacional, ao qual competia, entre outras atribuições, a censura de espetáculos teatrais. A censura no Brasil não foi diferente do resto do mundo, seus objetivos basearam-se na eliminação de qualquer tipo de oposição, com sentido autoritário, buscando os interesses de uma minoria, contrariando ou distorcendo as reais finalidades da censura.

O indivíduo não pode a título de deleite intelectual ou empreendimento financeiro, levar ao público mensagens que não coadunem com os interesses de ordem intelectual, moral e cívica da coletividade. (FAGUNDES, 1997, p. 24).

Neste sentido, a censura age em prol do bem estar de todos, coibindo uma conduta perniciososa a outrem ou à sociedade.

No Brasil colônia, a censura estava a cargo da polícia. Durante a República, essa tarefa ficou a cargo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ao qual competia a censura de jornais e qualquer publicação periódica.

4 CENSURA NO PERÍODO MILITAR

A ditadura militar foi um período de intensa repressão, quando o direito à liberdade de expressão foi condenado à extinção em nome de uma falsa ideologia. Esse foi o período áureo da censura no Brasil. A censura era tanta, que foram criados órgãos legais que tinham como missão vigiar obras consideradas sediciosas como, também, punir os intelectuais que por ventura comungassem dos ideais revolucionários. Qualquer obra, antes de entrar no país, teria que passar por um serviço de inspeção que classificava os livros pelo autor e assunto. Até mesmo o fato de um documento ser originário de algum país revolucionário era motivo de suspeita.

Em 1970, com o decreto n° 1.077, foi estabelecido a censura prévia de livros e periódicos para verificar e impedir as sobreditas "publicações" e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes. (MACHADO, 1978, p. 50).

Castro (2002) complementa dizendo que

Foi na década de 70 que a censura a livros e periódicos intensificou-se. O decreto 1007, de 06 de janeiro, do Ministério da Justiça Alfredo Buzaid, determinava Que a divulgação de livros e periódicos (nacionais e importados) em todo o país ficaria subordinado à verificação prévia da Polícia Federal, a quem caberia analisar a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes. Se o conteúdo da publicação feria ao Ministério de Estado da Justiça.

Esta censura tinha como finalidade imediata inibir qualquer manifestação pública ao sistema vigente. Assim, todas

as publicações teriam que passar por uma rigorosa seleção. Havia uma lista descrevendo o que poderia ou não ser publicado; antes de imprimir o jornal, seus editores teriam que enviar uma cópia para ser avaliada e, só então, era liberada a publicação.

A censura ao impresso, nesse período, foi tão intensa que foi criado um decreto que obrigava jornais e revistas a se registrarem na Polícia Federal e a cumprir uma série de exigências. Porém, apesar dessas restrições, a publicação não era garantida; caso a Polícia Federal decidisse impedi-la, agia com total abuso de poder (MACHADO, 1978, p. 41).

Como um exemplo da atuação da censura ao impresso no período militar, destaca-se o caso do jornal Opinião.

Dos 231 números impressos de Opinião, um foi apreendido depois de rodado - o nº. 24 - mas pôde circular uma censura depois, com cortes; dois - o 195 e o 205 - foram impressos, e apreendidos recém saldos das máquinas; um foi parcialmente distribuído: nº. 231, o último, e dois não saíram: o 55, porque cortes foram tão violentos que desfiguraram a edição e o 26, que foi sumariamente proibido de rodar. (IBID, p. 65).

Resende declara que o que aconteceu no Brasil, ao longo dos anos, é que o poder não quer ouvir verdades, quer dizer, não suporta sentir-se ameaçado e, por isso, colbe a circulação de idéias que podem gerar verdades e contaminar a população. E é com esse objetivo - controlar a opinião pública, fazendo com que ela tenha conhecimento e acesso apenas aquilo que interessa ao poder - que age a censura.

Percebe-se, nitidamente, que a censura, principalmente no período militar, objetivava silenciar a imprensa a qualquer preço, obrigando-a a reproduzir apenas o que fosse conveniente para uma minoria, evitando, assim, o exercício da cidadania, subjugando e impedindo a manifestação humana através da palavra escrita ou oral, sobrepondo à nação uma ideologia dominante decorrente de um regime autoritário, em que os líderes demonstravam ser os "salvadores da pátria" e os únicos capazes de saber o que era bom para o país. Desse modo, a censura implantada no Brasil não só dificultou a circulação de idéias, como ocasionou um retrocesso intelectual nas mentes de todos os brasileiros, obstruindo a manifestação popular e o raciocínio crítico, impedindo-os de conhecer a sua realidade, seus problemas e a busca de novos caminhos para construção da cidadania.

5 CONCLUSÃO

O trabalho objetivou em buscar subsídios teóricos que servissem para respaldar os ensinamentos adquiridos em sala de aula, como também aprofundar os conhecimentos acerca do assunto proposto, isto é, Censura ao impresso. Deste modo, compreende-se que os resultados alcançados são satisfatórios, pois, a partir dessa pesquisa, surgiu a proposta de uma investigação mais elucidativa, com a finalidade de publicar este referido trabalho em revistas e apresentá-lo em eventos científicos locais e nacionais, possibilitando, assim, uma maior contribuição para o meio acadêmico, através de uma

interdisciplinaridade entre a Biblioteconomia, a História e áreas afins. Assim, podemos afirmar que a censura, no período militar, cerceou a livre expressão do pensar, a circulação de livros e a produção do conhecimento, apesar de ter sido criada com a necessidade de evitar uma conduta perniciososa a outrem ou à sociedade. No Brasil, a censura foi aplicada com um sentido estritamente repressor, visando apenas a interesses da ordem vigente, sem levar em conta as necessidades de uma maioria; a ditadura militar censurou qualquer obra que não comungasse com os seus mesmos ideais; os órgãos legais de censura foram criados com a missão de vigiar obras consideradas sediciosas, como, também, punir os intelectuais que, por ventura, contestassem os ideais revolucionários. De modo sucinto, podemos dizer que a censura ao impresso não passou de uma estratégia criada pelo Estado para inibir qualquer publicação que pudesse se contrapor às "verdades" impostas pelo regime. Percebe-se, ainda, a importância da pesquisa para o crescimento e formação intelectual, social, cultural e pessoal do aluno, bem como a relevância da interdisciplinaridade com disciplinas que forneçam subsídios para uma melhor compreensão da realidade.

CENSORSHIP TO THE PRINTED MATTER IN PERIODO MILITAR**ABSTRACT**

Boarding on the censorship to the printed matter in the military period. It focuses the application of the censorship in Brazil and the World. It stands out that the censorship appeared with the necessity of the man to share with its similar goods and ideas. It explains that the censorship in Brazil was not different of the remaining portion of the world, its objectives had been based on the elimination of any type of opposition and had an authoritarian character, searching the interests of a minority, opposing or distorting the real purposes of the censorship. It detaches that the censorship in the military Period was a period of intense repression, where the right to the liberty of speech was condemned to the extinguishing on behalf of a false ideology. It concludes that the censorship to the printed matter did not pass of a strategy created for the State to inhibit any publication that could be opposed to the "truth" imposed by the effective regimen, making it difficult the circulation of ideas and an intellectual retrocession in the minds of all the Brazilians, obstructing the popular manifestation and the critical reasoning, making it difficult still, the search of new ways for the construction of the citizenship.

Keywords: Censorship Brazil. Military period. History

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, idéias malditas**. São Paulo: EDUSP, 2005.
- CASTRO, César Augusto. **Produção e circulação de livros no Brasil: dos jesuítas (1550) aos militares (1970)**. In.: _____. Encontro Biblio. Santa Catarina, 2006.
- FAGUNDES, Corilano de Loyola Cabral. **Censura & liberdade de expressão**. São Paulo: Taika LTDA, [1974].
- MACHADO, J. A. Pinheiro. **Opinião X censura: momento de luta de um jornal pela liberdade**. Porto Alegre: L&PM, 1978. 163 p.

E-BOOKS: vantagens e desvantagens na era da globalização

Adriana Barros
Diana Rocha*
Francilene Cardoso*
Indiana Costa
Marcela Champoudry
Maria de Lima
Marta Avelar

Estudantes do 6º período do Curso de Biblioteconomia da
 Universidade Federal do Maranhão e

* Bolsistas do Programa de Educação Tutorial - PET

RESUMO

Aborda a comunicação humana como um processo proveniente de várias etapas evolutivas como exemplo: sua organização em sociedade, passando do modo de vida individual para o coletivo, estabelecendo um sistema de língua e escrita padronizado e acessível à sociedade. Descreve a invenção da escrita como a primeira revolução da comunicação humana. Evidencia a imprensa de Gutenberg como a revolução técnica mais importante na história da humanidade. Verifica as mudanças ocorridas com o surgimento da sociedade digital, responsável por acelerar e transformar o desenvolvimento dos meios informacionais. Focaliza a responsabilidade das editoras em acompanhar as transformações tecnológicas que revolucionam o mercado editorial. Faz uma breve reflexão sobre as novas tecnologias de informação na sociedade digital, focalizando os livros eletrônicos – e-books. Traz, ainda, alguns questionamentos sobre as vantagens e desvantagens dos e-book na era da globalização.

Palavras-chave: Comunicação. Sociedade digital. Informação

1 INTRODUÇÃO

A cultura do livro impresso remonta-se antes da invenção da imprensa. De acordo com Belo (1998, p. 19) "Durante muito tempo, a história do livro foi sinônima de história das origens da tipografia".

Percebe-se, atualmente, uma desmaterialização do suporte do livro impresso em detrimento do digital, onde este traz alguns questionamentos em relação ao seu futuro, principalmente, pelos editores, devido, em grande parte, a gratuidade de conteúdos.

Durante muito tempo, e até hoje, os livros impressos foram uma das fontes mais seguras e eficientes de registros da informação. Com a invenção da imprensa, houve uma maior proliferação dos mesmos, mas, é importante frisar que essa evolução foi privilégio de poucos. Diversos fatores influenciaram nesse deficiente acesso, entre eles, o pouco ou nenhum esclarecimento do conteúdo dos livros, o seu elevado custo e o alto índice de analfabetismo, o que não é muito diferente dos dias atuais.

Alguns estudiosos como Machado, 1994, na obra "Fim do livro" e Corral, 2003, na obra "A cultura do escrito na era da globalização: qual futuro para o livro? Acreditam que a Globalização influenciará na extinção do livro impresso, isso será possível à medida em que a sociedade exige respostas cada vez mais rápidas, ultrapassando fronteiras, já que a nossa sociedade é controlada por uma velocidade imensurável de invenções tecnológicas. O termo livro, na verdade, era usada para designar qualquer suporte de gravação,

memorização de um pensamento, indo desde a inscrição em pedra ou madeira, às tabuletas de cera ou argila (cozida), os papiros, os rolos de pergaminho dentre outros.

[...], com a expansão do cristianismo e com a generalização do formato cristão, a terminologia inverte-se: livro passa a designar, exclusivamente, o código e ficamos sem um termo mais genérico para nos referirmos a qualquer outro dispositivo de fixação do pensamento. (MACHADO, 1994, p. 4).

Mas, será que devemos entender o livro somente como um objeto palpável constituído de folhas impressas? Será que não há possibilidade de enxergarmos o livro como uma extensão não linear de registros do pensamento, que vai desde filmes, vídeos, CDs ROMs, aos cenários arquitetônicos ou teatrais, o rádio e até mesmo a televisão, na sua total abrangência? De acordo com Machado (1994, p. 7) "[...] o livro é um ser, um instrumento para dar consistência ao pensamento disperso e para ampliar o seu poder de influência dentro de uma sociedade".

E como o volume de informações chega de todos os lugares e a todo e qualquer momento, se torna impossível o acompanhamento das publicações feitas, sejam elas em qualquer suporte: vai desde livro impresso ao e-book. Neste sentido, surge uma preparação para acomodação destes materiais, seja ele através de livros nas estantes ou em um suporte eletrônico.

Neste sentido, o objetivo desse artigo é abordar a evolução do livro impresso, destacando - a partir de uma pesquisa bibliográfica buscando subsídios teóricos para respaldar o estudo sobre o tema

proposto - o surgimento da escrita e as várias formas de registro da informação, inclusive, as transformações tecnológicas que propiciaram um novo formato ao livro, destacando-se o e-book, responsável por uma nova postura no ler e o estabelecimento de uma nova política editorial frente às novas tecnologias de informação. Pretende ainda verificar as vantagens e desvantagens do livro eletrônico na "era da globalização".

2 A EVOLUÇÃO DA COMUNICAÇÃO IMPRESSA

O homem é um ser social, e como tal, tem a necessidade de manter contatos, estabelecer regras para viver em harmonia. A carência de comunicação entre o homem sempre esteve presente, antes, utilizava a comunicação corporal, gestos, que favoreciam o entendimento de mensagem que eram enviadas a algum receptor, logo após, houve o desenvolvimento de outros tipos de comunicação, surge então a comunicação verbal, onde, primeiramente, através de alguns ruídos, que tomaram a forma de palavras, foram usadas, não apenas, para manterem contato entre si, como também, disseminar informação.

Com o advento da escrita, o homem passa agora, a registrar os seus acontecimentos em um suporte físico, capaz de fixar saberes, permitindo também, preservá-los com mais eficácia do que a comunicação oral. Percebe-se que a escrita pode ser vista como um suporte de memorização, como "técnica da mnemônica desenvolvida pelos gregos antigos e considerada por Cícero como uma das cinco partes da retórica clássica". (MACHADO, 1994, p.

10)

O primeiro suporte utilizado pela escrita foi a parede das cavernas, porém esse tipo não permitia o seu deslocamento, assim, os blocos de argilas foram usados, sanando esta deficiência. Como o homem está em constante desenvolvimento intelectual, criou outros suportes que facilitasse o manuseio. O papiro – vegetal encontrado, principalmente, no Rio Nilo e o pergaminho – couro de animais, serviram de instrumentos para a escrita dos egípcios e mais tarde foram utilizados em todo o mundo.

Com o passar dos anos, desenvolveram-se outras formas de registrar o conhecimento, por volta do século XII, já na idade média, utilizava-se o papel para a confecção de livros, essa evolução foi lenta e dependia de vários recursos, principalmente, intelectual e financeiro. Durante muitos séculos, os copistas foram responsáveis por reproduzir e disseminar obras consideradas profanas e sagradas.

Conforme expressa Verger (1999, p. 11):

Na realidade, o fator principal do elevado preço dos livros era o custo da cópia. Os bons copistas eram raros. No final da Idade Média, os scriptoria monásticos haviam perdido o essencial de sua importância e a maior parte dos escribas seriam, doravante, artesãos profissionais que se encontravam, principalmente, em grandes cidades, especialmente, aquelas que abrigavam uma clientela importante, quer dizer, as capitais da nobreza e as cidades universitárias. Mesmo deixando de lado o caso dos livros de luxo ornados de miniaturas, verdadeiras obras de arte destinadas, sobretudo aos prelados, aos grandes senhores e aos

reis, a confecção de livros tomava tempo. Os bons copistas trabalhavam lentamente por volta de duas folhas e meia por dia, em média. Por outras palavras, em um ano, um bom copista produzia apenas cinco livros de duzentas folhas; ou ainda, se preferirmos, para chegar a fornecer mil livros deste tipo em um ano, não se poderia ter menos de duzentos copistas trabalhando o tempo inteiro.

Os manuscritos, por serem feitos à mão; apresentarem uma grande riqueza de detalhes e ter um número bem resumido de leitores possuía na Idade Média, um preço inacessível às camadas populares, pois, representavam poder, riqueza, conhecimento, status e era muito comum encontrar vários copistas trabalhando nos mosteiros, reproduzindo obras literárias e religiosas a serviços da igreja ou de nobres.

Segundo afirma (IBIDEM, p. 10)

O livro custava caro. Esse custo vinha, antes de mais nada, do preço do suporte. Um livro requeria grande quantidade de pergaminho (de acordo com o formato do livro, obtinha-se de dez a dezesseis folhas por pele) e o pergaminho era um material oneroso.

A imprensa do célebre Hans Gutenberg foi outro acontecimento que revolucionou a disseminação de conhecimento e proporcionou um aumento na tiragem de obras, permitindo às camadas populares o acesso ou a participação, desse meio de comunicação.

A invenção da tipografia, que transformou completamente, tanto em rapidez quanto em

quantidade, a circulação da informação escrita no seio da sociedade, foi realmente uma das revoluções técnicas mais importantes da história da humanidade. (IBIDEM, p. 14)

As transformações que trazem, de certo modo, o progresso de uma nação, sempre causam impactos, sejam eles, favoráveis ou não. Essas mudanças são gradativas e inevitáveis. Assim acontece no processo de evolução humana. Com a imprensa, o trabalho dos copistas diminuiu visivelmente. Por outro lado, possibilitou a democratização da leitura. Um fato que contribuiu significativamente para esse processo de mudança foi o crescimento das tiragens, principalmente dos jornais, que utilizava um material mais simples, língua vernácula e de fácil leitura.

Conforme afirma Escarpit (1976, p. 11)

Assim, [...] o meio mais antigo de comunicação de massa surgira e assumira em quase todo o mundo a posição do transmissor de notícias: o jornal de grande tiragem advindo da imprensa barata dos anos 1830 imprimia, antes de 1900, mais de um milhão de exemplares.

As mudanças verificadas no campo da edição durante as últimas décadas foram de tal amplitude que assumiram proporções de uma revolução. Como todas as revoluções, também esta tem causas múltiplas e complexas: explosão demográfica, difusão da educação, aumento da duração dos lazeres que propiciam a leitura. Mas, é conveniente mencionar também, o espantoso progresso das tecnologias de informação, pois a sociedade exige,

cada vez mais, "serviços personalizados em matéria de informação e cultura". (CORRAL, 2003, p.175)

3 SOCIEDADE DIGITAL E A POLÍTICA EDITORIAL

Nos dias atuais, em qualquer ambiente onde ocorram relações sociais, o impacto da aceleração do processo de transformação tecnológico, inerente às buscas e modificações que moldam a realidade, criam novas relações entre o indivíduo e seu meio.

Falar em sociedade digital, porém, nos reporta a um critério sem características lineares ou paradigmáticas, onde a produção, o armazenamento, o manuseio, e principalmente a interação com outras informações, são vistas em tempo real e preciso.

Lima apud Kay (2000, p. 45) demonstra que

[...], a demarcação física de onde termina o período literário e começa o da informação eletrônica é algo que será estabelecido de forma gradual em função de que todo novo meio ao se implantar procura, até conseguir andar com suas próprias pernas, utilizar a semântica de um meio anterior que lhe sirva de referência.

É claro que esta transição não é simples, afinal, as mudanças ocorrem a todo o momento. Dentro desse contexto o avanço tecnológico nos mobiliza para novos patamares que são irreversíveis, onde "os apelos da sociedade digital têm afastado as pessoas em geral, e os jovens em particular do contato com o livro" (IBIDEM, p. 44).

O conceito de globalização, que automaticamente nos remete ao modernismo, ao avanço, à sociedade digital, passa a significar, não apenas, essa vastidão explícita de meios e formas objetivas, mas, também, a um processo burocrático, hierárquico e de poder social, uma vez que, ao verificarmos a ordem das coisas, a detenção do poder, seja ele de domínio estatal ou não, ainda é um fator importante para a garantia e permanência de uma sociedade digital e universal realmente.

A informação, seja ela escrita, oral ou audiovisual, vende-se bem, cada vez mais e em grande quantidade. O rápido desenvolvimento do consumo de produtos informacionais é um fenômeno recente que surgiram na esfera da produção e da troca mercantil, dando origem às denominadas indústrias ou mercado da informação, com seu cortejo de bens, serviços e produtos informacionais, todos com maior ou menor grau de informatização. É, portanto, inegável que a informação se industrialize ao se informatizar cada vez mais. No auge desta revolução as editoras responsáveis por publicar uma série de materiais informacionais independentes do suporte, devem, a todo tempo, acompanhar as transformações tecnológicas que revolucionam o mercado editorial, na tentativa de aumentarem seus faturamentos, ampliando produtos e serviços nos mais diferentes meios, como, a compra de materiais bibliográficos pela Internet ou com o livro digital chamado e-Book, capaz de armazenar até quatro mil páginas em sua memória. Assim, as editoras interagem com o mundo, através da rede eletrônica de informação. Ao produzir uma obra os autores têm por objetivo divulgá-la, a fim de

tomá-la pública. Neste sentido, as editoras têm a importante tarefa de produzir e disseminá-la, levando em consideração a relação custo versus benefício. Meadows afirma (1999, p. 180) “[...] sua atribuição é receber as obras dos autores, organizá-las de forma que seja aceitável pelos leitores, e em seguida divulgar os resultados”.

A Internet vem representando uma importante ferramenta de vendas, disponibilizando verdadeiro acesso global e seu crescimento na comercialização [...], a Borders Inc. está investindo numa empresa nova chamada Sprout, cuja principal atividade será formar um banco de dados digital com títulos licenciados pelas editoras, que serão impressos nas livrarias em cerca de 15 minutos com custos comparáveis aos da impressão tradicional. O livro eletrônico é outra iniciativa que poderá fortalecer o comércio via Internet, [...], os e-book, têm por objetivo estimular os leitores para o formato digital. [...]. Hoje as mudanças tecnológicas, que permitiram a editoração eletrônica, reduziram os custos de várias etapas. (GORINI; CASTELO BRANCO, 2p.11)

Apesar das vantagens adquiridas com a disponibilização de materiais informacionais digitais, há de se pensar em uma importante questão relacionada aos interesses dos autores. Neste sentido, um dos compromissos firmado entre a editora e o autor é o mecanismo do direito autoral, que visa estabelecer a proteção à titularidade e possibilidade de remuneração para a produção intelectual.

“[...] os direitos autorais prescrevem após 70 anos da morte do autor caindo em domínio público. Cabendo ao editor

o direito exclusivo de reprodução de uma obra e o dever de divulgá-la, nos limites previstos do contrato de edição” (IBIDEM, p. 6).

Neste sentido os autores estão protegidos por um instrumento legal que os protege contra possíveis plágios.

Resumidamente, o negócio da editora é conseguir o direito do autor, preparar a edição e levar o livro aos pontos de venda, o que prescinde de investimentos em ativos permanentes tais como, imóveis e gráficas. O principal ativo de uma editora é o seu catálogo de título e autores, a capacidade de seu corpo editor em selecionar o que deve ser ofertado e a contratação de terceiros, tais como, tradução, gráfica, trabalho de artes, entre outro. (IBIDEM, p. 7)

Assim as editoras assumem relevante destaque no que diz respeito à organização e disseminação da informação, adequando seus suportes informacionais às inovações ocorridas ao longo do tempo.

5 A ERA DOS E-BOOKS

A revolução informacional, ocorrida após o surgimento da rede mundial de computadores ou simplesmente Internet, representou não somente, mudanças significativas em âmbito econômico, político, mas também, nas práticas cotidianas. Hoje em dia já é possível fazer transações, pagamentos de contas por meio eletrônico.

Esta praticidade invadiu também a prática de leitura, agora a falta de tempo não representa obstáculos aos leitores. Entre um

click e outro você pode acessar obras clássicas em português ou em diferentes idiomas a um baixo custo ou gratuitamente, atualmente conhecidos como e-books, representando o que existe de mais moderno em matéria de leitura digital.

O Memex foi desenvolvido nos Estados Unidos pelo Instituto de Massachusetts (MIT), o qual significou um marco na tecnologia da informação, onde os documentos ali registrados passam a ser arquivados para posterior recuperação. Em 1986 é a vez da Sony de tecnologia japonesa desenvolver o Data Disc com tela de cristal e um pequeno teclado.

Neste contexto, tanto editoras quanto autores, apostam que os livros eletrônicos tomaram-se um grande impulso para vendagem de obras, não apenas no que tange à divulgação, mas também, pela praticidade de tê-las sem disponibilizar um grande espaço para isso.

Em linhas gerais, estes três fatores agregados constituem a base da revolução dos e-books. Porém, ao mesmo tempo traz à tona alguns questionamentos como: o fim dos livros e das bibliotecas.

Assim, como em tempos atrás, o avanço das tecnologias foi motivo de discussões entre grupos antagônicos sobre o que viria ocasionar estas mudanças no cotidiano da sociedade.

Como cita Giddens (2003, p. 16)

Vivemos em um mundo de transformações, que afetam quase todos os aspectos do que fazemos para o bem ou para o mal, estamos sendo impelidos rumo a uma ordem global que ninguém

Turner (1976) observa que, através do faccionalismo, pode-se perceber por trás das regularidades sociais, os conflitos e contradições ocultas no sistema social. A modalidade de mecanismos corretivos acionados para lidar com o conflito, o padrão de lutas faccionais e as fontes de iniciativa empregadas para por termo à crise, todos manifestos faccionais, fornecem pistas sobre o caráter do sistema social do grupo.

Nessas contradições ocultas reforça-se a idéia da representação da *unidade Timbira*, numa espécie de afirmação de uma identidade genérica Timbira, que os índios utilizam forma consciente. Hall (1997 p.13) interpreta como posição identitária situacional ou frouxa aquela onde *"a identidade não é mais fixa ou essencial. Ela é formada e transformada constantemente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam"*.

Nessas situações, o que está em jogo é a necessidade de uma unidade para fazer frente aos não-índios e ao Estado brasileiro em busca de melhorias para suas respectivas comunidades, propiciando um intercâmbio cultural.

"Em toda parte estão emergindo as identidades culturais que não são fixas mas que estão suspensas em transição, entre diferentes posições; que retira seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez comuns no mundo globalizado". (HALL, 1997, p. 95).

O movimento dos Timbira na Associação Wyty-Cate traduz a tensão entre *representação e autonomia política* de cada aldeia. Percebe-se a importância da representação da *unidade Timbira* para se relacionar com uma macroestrutura (políticas públicas de Estado e política de cooperação internacional), que envolve discussões que ultrapassam os limites dos seus territórios, dificultando o domínio de novos códigos simbólicos e práticas culturais no mundo do outro.

Nessa perspectiva, a representação da *unidade Timbira* é ativada como mecanismo de fortalecimento político, com objetivo de garantir segurança nas relações como o "outro" e obter soluções de sobrevivência econômica e cultural para as aldeias.

A Associação Wyty-Cate para se manter insere-se, como a maioria das associações indígenas brasileiras, na lógica do *mercado de projetos* Pareschi (2002) discute que o principal propulsor dessa lógica é a *cooperação internacional* que, apesar da boa intenção de focalizar questões de interesse dos povos

indígenas (defesa dos territórios, valoração cultural, alternativas econômicas), acaba direcionando o que deve e o que não deve ser financiado (ver as propostas do Projeto Demonstrativo Para Povos Indígenas - PDPI), deixando os índios numa situação de dependência e subordinação.

Nessa lógica, a determinação e a lucidez política da Wyty-Cate, atreladas a essa subordinação e a esse clientelismo, choca-se diretamente com a dinâmica Timbira do "aqui e agora", isto é, de atender as necessidades imediatas de cada grupo dentro da compreensão do seu universo de ações, que dizem respeito à subsistência e à segurança do círculo mais imediato de parentes: a família, local ou extensa (AZANHA, 2003, p. 6).

Esse fato remete a impossibilidade da associação Wyty-Cate traduzir seus princípios político-institucionais, de atender autonomamente às necessidades das aldeias que os representam.

Esse mecanismo pela busca de recursos econômicos no mundo exterior vem se transformando numa grande manobra política, e os povos indígenas articulados à associação, entram no jogo onde tudo é negociado. Para isso, condicionam suas posições, que se caracterizam pela suspensão (faccional) e transição identitária (unidade Timbira). O espaço social é que vai determinar a posição a ser tomada e a identidade a ser apresentada, numa dinâmica dialética sempre voltada para a afirmação da base cultural comum.

Entre os Timbira existem hoje várias associações com diferentes graus de abrangência. Existem as associações locais, as associações definidas pela terra indígena, as associações regionais ou estaduais e as associações que abrangem o povo como todo. A maioria dos índios que estão em contato sistemático com a sociedade nacional, percebe a necessidade de construir organizações políticas fortes. Percebe ser através delas que adquirem forças para negociar com o Estado e obter ganhos nas relações com a sociedade envolvente, independentemente das contradições e das particularidades culturais, porque no mundo do "outro" é ativada a neutralização da autonomia étnica e o que conta é ser índio no sentido genérico, projetando-se como movimento nacional. É comum, nas conferências nacionais que discutem a questão indígena, os representantes indígenas clamarem por uma unidade nacional do movimento indígena, pela união dos parentes indígenas, conotando uma forma homogeneizadora do movimento.

Esse modelo unificado, verticalizado e centralizado, de inserir os índios na ampla e genérica categoria dos oprimidos, aos quais deveriam unir suas forças e participar das lutas, foi construído nas primeiras assembleias indígenas realizadas na década de 1970, promovidas pelo CIMI, que categorizava os índios como segmentos sociais oprimidos.

e, por outro, pela resistência do público em pagar pelos conteúdos. (IBIDEM, p. 200)

Os leitores eletrônicos – e-books – proporcionam uma leitura dinâmica e direta, onde através de textos multidimensionais em que, uma página, trechos de textos intercalam-se com referência a outras páginas, permite uma leitura em tempo real, não sistemática. Porém, essa aparente facilidade, influi diretamente no modo de assimilar conhecimento, principalmente, no hábito da leitura linear que tem sido substituído, não somente, pela leitura do texto digital, como, também pelo uso massificado de todo e qualquer tipo de suporte eletrônico, como o rádio e a televisão, causando um significativo retrocesso no processo cognitivo do leitor.

Ler é uma disciplina relacionada ao tempo, porque requer um prolongado esforço de concentração, [...], a mensagem na tela apresenta-se como algo evidente que não exige um substrato racional, nem a análise dos antecedentes; alias, o espectador nem dispõe de tempo útil para efetuar tal operação, [...] daí a clivagem entre o livro e a tela, entre o espírito linear do discurso escrito e a percepção matizada, simultânea e rápida da multimídia por tela interposta. (IBIDEM, p. 200).

Neste contexto, a sociedade atual – conhecida, também, como "Era da globalização", onde o tempo constitui o seu principal insumo - contribui para essa busca por respostas rápidas, de fácil entendimento, onde o senso crítico e a capacidade de análise permanecem esquivados. Pois, apenas, através de uma aprendizagem metódica - onde

se pratica a leitura em si, não apenas com o objetivo de decifrar sinais gráficos, mas sim, penetrar no sentido real da palavra, compreender as entrelinhas – é possível gerar conhecimento, em uma sociedade que, em meio a tantas distorções sociais, a educação, ainda, é a forma mais adequada e viável para transformá-la. De fato, os impactos gerados por este modelo de leitura, que se faz eficiente apenas, para os interesses de uma minoria da população, causam um verdadeiro impacto sobre o intelecto da maioria dos que pensam que o e-book é uma das melhores soluções, até hoje criada, para sanar as dificuldades de acesso à informação.

Vale ressaltar que o e-book é uma das grandes revoluções das novas tecnologias de informação, permitindo, através da rede, uma conexão em tempo real, disseminação de todo e qualquer tipo de informação, fácil manuseio e armazenamento. Porém, é preciso que haja uma utilização racional, aprender gerenciar de forma saudável os recursos informacionais insistindo sobre a importância da leitura linear. (CORRAL, 2003, p. 203)

Neste sentido, são desvantagens dos e-books: os livros de papel não precisam de backup, independem de queda ou falta de energia; o preço também é um problema, esses aparelhos utilizam tecnologia avançada e custam caro, excluindo assim, um grande número de leitores que não sabem lidar com os dispositivos eletrônicos; a leitura na tela é cansativa e não seqüenciada, podendo haver uma

interpretação negativa do contexto da obra, outro ponto negativo está relacionado à grande incidência, quanto ao uso e utilização destes recursos, nos países desenvolvidos, por outro lado, constitui-se, ainda, como novidade nos países do terceiro mundo. Entretanto, a desvantagem mais nítida diz respeito aos direitos autorais. Estando os livros em formato digital, torna-se fácil copiá-los, o autor pode ter seus direitos morais e patrimoniais lesados, uma vez que, sua obra pode ser reproduzida e disseminada sem receber nada por isso, por essa ótica, apesar do seu trabalho ser difundido rapidamente, o autor sofreria a falsificação.

6 CONCLUSÃO

Com a evolução do conhecimento ao longo dos séculos, vários suportes foram criados e aperfeiçoados para registrar conhecimento, alguns fatores que provocaram essa expansão relacionam-se ao aumento da população e ao número de informação existente. A era de Gutenberg proporcionou sua democratização, através dos jornais e miniaturas, diminuindo os custos da obra. Percebe-se que os copistas foram de suma relevância para as primeiras reproduções literárias. Porém, os manuscritos tiveram uma expressiva queda a partir da utilização dessa nova técnica de impressão. O papel das editoras substituiu o trabalho dos copistas e estas, por sua vez, adequam-se às novas transformações ocorridas no mercado editorial. É importante ressaltar que as evoluções trazem

consigo transformações significativas na sociedade e contribuem, também, favorável ou desfavoravelmente para o crescimento e acesso à informação. Deste modo, o processo de aquisição de conhecimento deve ser, ainda, entendido como metódico, linear, e reflexivo. É necessário entender que as novas tecnologias são absorvidas rapidamente pela sociedade e neste contexto, é importante saber utilizar racionalmente esses recursos, sem, no entanto, esquecer que todos os suportes informacionais são importantes e contribuem de certo modo para a disseminação de conhecimento.

Se o livro impresso vai se aposentar, devido às novas tecnologias é um questionamento ainda sem resposta. Entretanto, não se sabe ao certo se tais novidades poderão delinear a nova fisionomia do livro no decorrer do século XXI. O fato é que os e-books vêm conquistando e tomando, gradativamente, um espaço que ainda não está totalmente preparado para recebê-lo.

AND-BOOKS: advantages and disadvantages in the era of the globalization

ABSTRACT

It approaches the human communication as process several originating from revolutions. It describes the invention of the writing as the first revolution of the human communication. He/she/you presents the press of Gutenberg as the revolution more important technique in the humanity's history. He/she/you verifies the changes happened with the appearance of the digital society, responsible for to accelerate and to transform the development of the means informacionais. It presents the responsibility of the publishers in accompanying the technological transformations that revolutionize the market editorial. He/she/you analyzes the new means of information, focando the electronic readers - and-book -. He/she/you brings, still, some questionamentos on the advantages and disadvantages of the and-book in the era of the globalization.

Keywords: Communication. Digital society. Electronic information.

REFERÊNCIAS

- BELO, André. **História, livro e leitura**. São Paulo: Autentica 1998.
- CORRAL, Milagros del. A cultura do escrito na era da globalização: qual o futuro para o livro? In: PORTELA, Eduardo. **Reflexão sobre os caminhos do livro**. Tradução de Guilherme João de Freitas. São Paulo: UNESCO / MODERNA, 2003. p. 193-204.
- ESCARPIT, Robert. **A revolução do livro**. Tradução de Maria Inês Rolim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976.
- GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- GORINI, Ana Paula Fontenelle; CASTELO BRANCO, Carlos Eduardo. Panorama do setor editorial brasileiro. **BNDES setorial**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 3-36, mar. 2000.
- LIMA, Frederico D. **A sociedade digital: o impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações**. Rio de Janeiro: Qualitymark editora, 2000. 145 p.
- MACHADO, Arlindo. **Fim do livro?** 1994. Disponível em <<http://scielo.br/pdf/ea/v.8,n.21/13.pdf>> Acesso em 23 fev.2006.
- MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 1999. p. 141-145.
- VERGER, Jacques. Os livros na Idade Média. In: _____. **Homens e saber na Idade Média**. São Paulo: Edusc, 1999. p. 6-20.

OS LIMITES DA CENSURA

Fernanda Kátia Silva de Sousa
Ligia Rocha de Moraes Rego

Alunas do 6º período do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão.

RESUMO

O artigo expõe o livro em sua construção histórica e a censura é discutida em uma visão mais global com relação às idéias veiculadas pela Igreja e pelo Estado. Fala-se na Inquisição, na Real Mesa Censória, na queima de livros e hereges, e nos regimes políticos brasileiros que se utilizaram da censura para coibir a divulgação dos ideais de esquerda.

Palavras-chaves: Livro. Censura. Brasil

1 INTRODUÇÃO

A era de Gutenberg é iniciada com o advento da imprensa, juntamente a ela ressurgem a censura que instituirá os limites, segundo a Igreja e o Estado, da disseminação de obras impressas, caso estas possuam idéias contrárias aos seus preceitos, as quais serão extirpadas através de atos que destruiram vidas e obras.

O artigo aponta para uma visão da história do livro a partir de seus suportes e instrumentos de escrita, as formas utilizadas para definir seu aspecto físico de maneira linear, o que não implica que a linearidade se deu na história do livro propriamente dita.

Outra questão trabalhada neste documento é a censura que com o livro posto na sociedade é submetido à vigilância, pois com a necessidade de coibir as idéias que ataquem a ordem vigente, a Igreja e o Estado acionam mecanismos para inibir qualquer tipo de contestação desta ordem. Pois com o advento da imprensa e o fácil acesso às obras que antes eram privilégios dos mais ricos ou religiosos que o fenômeno da censura ocorre de forma enfática. Com o propósito de esclarecer como tal fenômeno ocorreu na sociedade, em especial na Europa, e sua disseminação às demais partes do mundo por meio da expansão marítima que dar-se-á início ao texto em três tópicos: o livro, a censura e a censura no Brasil.

O primeiro tópico trabalha o livro em um breve histórico de como ocorreu seu aparecimento na história da humanidade. O segundo a censura como uma consequência do primeiro a partir da imprensa. E o último discute a censura no Brasil do período Colonial a República.

2 O LIVRO

O surgimento da escrita como forma de linguagem visual contempla categorias que pertencem aos desenhos, às mímicas, aos códigos de sinais marinhos e terrestres luminosos ou não, aos gestos. O ser humano começa a construir suas formas de materializar a linguagem.

A pictografia, a escrita mnemônica, a escrita fonética, a escrita ideográfica, a escrita cuneiforme constituíram a evolução

natural da escrita para se chegar ao alfabeto que é um sistema que se aproxima da função natural de interpretar a língua falada, a língua oral, a língua considerada som. (MARTINS, 2002).

Milanesi (2002, p. 13-14) esclarece que "[...] Por séculos, o homem, em lugares distintos do planeta, desenvolveu diversas formas de registros, ora criando um sinal para referir-se a uma ação oral, ora um sinal para designar uma palavra. [...]". Desse modo as formas elencadas acima constituem segundo o autor a expressão material daquilo que abstraía o ser humano exposta nos suportes característicos de sua época.

Muitos suportes acolheram a escrita, os quais foram e ainda são provenientes dos três reinos da natureza, a saber: o reino mineral usando a pedra, o mármore, a argila, o bronze, o chumbo, os materiais nobres (ouro e prata); o reino vegetal onde utilizou-se a madeira, as folhas de palmeiras ou de oliveiras, panos, papiro; o papel e o reino animal onde todos os produtos deste serviram para escrita sendo o grande material deste reino o pergaminho, extraído de peles animais.

Os instrumentos utilizados para a escrita diferiam segundo o material empregado, assim tem-se o cinzel, o *graphium* ou *stylus*, o estilete (haste de metal ou de osso), os canivetes, o caniço (*calimus*, *calami*) precursor da pena, então a pena de aves como as de cisne foram usadas para se gravar a escrita nos mais diversos suportes. (MARTINS, 2002).

A partir dessa evolução de suportes e instrumentos que facilitaram a escrita, o homem inicia a aglomeração, o acúmulo destes bens em locais próprios: as bibliotecas, as quais poderiam

ter a guarda de suportes de ordem vegetal, mineral ou animal não disponíveis as pessoas comuns do povo, contudo, os organismos sagrados ou religiosos era concedida a sua utilização.

O livro nessa construção histórica da escrita encontra os mais diversos formatos até chegar aos manuscritos tendo nesse momento como suporte o papel que passou a ser fabricado na Europa no século XIII. “[...] O livro, com as transformações da sociedade europeia da Pré-Renascença, projetou-se como um instrumento fundamental para a circulação de idéias. [...]” (MILANESI, 2002, p. 23).

Como um bem caro e de propriedade de nobres e de ordens religiosas ricas torna-se progressivamente acessível e de disseminação ampla, com o advento da imprensa de Gutenberg que incrementou nesta época o barateamento da produção do livro e da difusão do conhecimento.

É notória, a dimensão que o livro vivenciou e que se estendeu para além de seu suporte físico. Segundo Belo (2002, p. 72) “[...] O livro e a leitura passam a ser objeto em que se cruzam diferentes metodologias e correntes que nos ajudam a compreender as obras em relação com os mais variados aspectos do mundo social e cultural [...]” Esses aspectos são as transformações que ocorrem no desenvolver da história da humanidade, onde o livro encontra nas suas mais diversas formas físicas um modo para se fazer vivenciado.

Logo, no período caracterizado por Idade Média, o livro se restringia aos privilegiados economicamente como comenta Rodrigues (1980, p. 13) “[...] os manuscritos eram raros e caros, as

teorias consideradas perigosas não se podiam propagar nem depressa nem longe. Para, além disso, a teologia escolástica reinava e dominava todas as escolas, os únicos centros de vida intelectual.”

Os grandes responsáveis por essa ruptura foram os livreiros que a partir de suas imigrações conseguiam adentrar com inúmeros materiais em diversos lugares, formando assim, “[...] as redes de parentesco entre os livreiros [que] eram fundamentais para o desenvolvimento das suas estratégias comerciais e elas ultrapassavam, claramente, as línguas e as fronteiras nacionais” (FONTAINE apud BELO, 2002, p. 75).

A maior circulação de livros se deu na França do século XVIII e foi marcada pela entrada de livros clandestinos editados, impressos e distribuídos a partir de locais além-fronteiras. Fato similar aconteceu com a Inglaterra do século XVI, quando a importação de livros em latim feitos na Europa continental era fundamental para o mercado livreiro.

No decorrer dos séculos XVII e XVIII, as Universidades e os Conventos da Península Ibérica abasteciam-se de forma complementar com livros latinos produzidos na Itália, França, Alemanha ou Holanda. No século XVIII grande parte da importação de livros impressos para Portugal era feita por algumas famílias de livreiros de origem francesa sediados em Lisboa e noutras cidades do Reino.

É no advento da imprensa com sua prensa de madeira e uma coleção de tipos móveis que há o favorecimento para a

fabricação em número maior de obras, conseqüentemente sua expansão ocasionando uma verdadeira revolução cultural.

[...] Gutenberg abre na história do Ocidente a possibilidade da multiplicação dos textos em um tempo em que esta era restrita; e por outro, a multiplicação com uma baixa nos custos de produção vem a ser uma realidade absolutamente indubitável, fundamental que possibilitou [...] a penetração da cultura escrita, graças à sua forma impressa, em meios sociais que tradicionalmente estavam fora do mundo escrito. [...] (CHATIER, 2001, p. 37).

O favorecimento do aumento das cópias dos documentos existentes por meio da imprensa possibilitou que um maior contingente de pessoas tivessem acesso as obras, o que estimulou a invasão destas aos demais territórios, das mais diversas formas, sendo elas, legais ou ilegais. Nasce o contrabando das obras proibidas fato ocasionado devido o retorno de uma prática antiga e que toma forma na sociedade pós-Gutenberg, a censura, como forma de coibir o acesso às idéias que porventura viessem contrariar a ordem vigente.

3 A CENSURA

Desde que o homem passou a viver em sociedade, como ser social, sentiu a necessidade de comunicar-se e

Graças a essa sociabilidade foram se estabelecendo os primeiros sistemas de comunicação, os quais eram processados no período mais longínquo de nossa existência com base em uma linguagem mímica e uma simbologia pictográfica. Com a evolução humana, saindo do seu próprio primitivismo e caminhando para uma maturidade cultural, o homem foi transmitindo informações, idéias e experiências, através da escrita. (BOTTENTUIT; CASTRO 2000, p. 23)

Com a mudança dos suportes que evoluíram da argila até o papel e a invenção da escrita surgiu a necessidade de disseminação do conhecimento produzido nas mais diferentes regiões, culminando assim na abolição das fronteiras racionais. Buscaram-se formas legais ou ilegais para que os livros, folhetos ou outros suportes chegassem aos mais diferentes lugares “[...] a circulação dos livros nacionais na França no século XVIII foi muito marcada pela entrada de livros clandestinos editados, impressos e distribuídos a partir de regiões situados além-fronteiras [...]” (BELO, 2002, p. 75).

No entanto, essa invasão do impresso encontra uma barreira que é o fenômeno da censura. Tal fenômeno se inicia quando o homem se agrupa, primeiramente surgindo a família, depois esta reunião de famílias resulta na tribo que se multiplicando dá origem a nação. A partir daí surge o conceito de Estado que “[...] é o povo politicamente organizado, dentro de um território.” (FAGUNDES, 1974, p. 23). Essa noção de Estado contribui para o aparecimento da censura como forma de proteção dos direitos

a liberdade do cidadão, esse direito é garantido desde que não não restrinja a liberdade de outrem ou da sociedade.

É na Grécia com o controle das representações teatrais de cunho político com o predomínio do estilo satírico que se fomentou a criação de normas que inibissem as críticas abusivas aos cidadãos gregos. Paralelamente a esta cidade se tem Roma com organização social similar e com práticas censoras originadas do registro de pessoas com o propósito de determinar as obrigações destas com a sociedade, a censura tem, em Roma, a idéia de poder *discricionário* ligado a moral, “[...] Representando a manifestação romana do controle estatal sobre a conduta do indivíduo. [...]” (FAGUNDES, 1974, p. 26)

O advento da imprensa vem subverter os princípios fundamentais que se assentavam a sociedade civil e religiosa, onde o resgate da censura se dá com maior ênfase na Idade Média por meio da Inquisição, que se caracterizou como tempo áureo da censura.

Nos países europeus o exercício da atividade censora servia de base para implantação do absolutismo; e em Portugal co-existiram dois tipos de censura, a *Inquisitorial* e a *Real Mesa Censória*. A primeira ocorre no século XVI, XVII e na primeira metade do século XVIII e a segunda substitui a primeira a partir de 1768 por providência do Marquês de Pombal.

A censura na Europa se dá em duas formas: a preventiva e a repressiva. A preventiva é uma prévia censura às obras, ato que gerou os índices expurgatórios exercidos por três entidades: o

Conselho Geral do Santo Ofício, representando a censura Papal; o Ordinário da Diocese, a censura Episcopal; e, o Desembargo do Paço, a censura Real. Na repressiva realizou-se o controle das alfândegas, dos portos, as visitas às livrarias públicas e particulares.

Milanesi (2002, p.26) relata que com o advento da imprensa “[...] O monopólio do saber saiu dos mosteiros e, de maneira incontrolável, chegou a outros segmentos da população. Religiosos, com o poder de vetar obras, tornaram determinadas leituras atos pecaminosos capazes de levar leitores imprudentes ao fogo do inferno.[...]” É nessa vertente de expansão da imprensa de Gutenberg que o Santo Ofício editou o *Index Librorum Prohibitorum*, publicação que limita o acesso as obras consideradas heréticas através da censura Episcopal, editada pelo Ordinário da Diocese.

É notório, que “A censura era [...] uma arma de defesa empregada na luta contra as doutrinas declaradas heréticas ou simplesmente pouco respeitadas.[...] Para além de queimar e condenar as obras, a Igreja condenava e queimava também os seus autores. [...]” (RODRIGUES, 1980, p. 12-13) Essa por muito tempo foi a forma praticada pela Inquisição, a de condenar a morte todo aquele que propagassem idéias contrárias as da Igreja e do Estado.

Exorta Carneiro (2002) referente à Inquisição que o fogo é caracterizado como elemento imprescindível para a Santa Fé exercer seu poder através das encenações públicas, como fenômeno natural o fogo passa a ser um elemento simbólico de

purificação, construindo dessa forma no imaginário do povo a idéia de pecado e inferno.

A destruição em praça pública em fogueiras daqueles considerados hereges, o elemento crítico e contestador da verdade imposta, tinha a finalidade de eliminar o corpo e as idéias deste, o livro e o autor eram queimados como símbolos do pecado que precisa ser extirpado da sociedade. Com o discurso de purificação social e em defesa da fé e dos bons costumes durante a Idade Média a Igreja foi a grande perseguidora de obras, contudo, a queima de livros não se deu somente nesse período como explicita Cameiro (2002, p. 28).

A queima de obras heréticas não foi uma prática característica apenas da inquisição medieval e moderna. Esta necessidade de "queimar" o perigo (travestido de diabo, herege, cristão-novo ou bruxa) repetiu-se nos séculos posteriores transformando-se em rotina nos países regidos pelo totalitarismo e autoritarismo.

Levando em consideração todo o exposto até aqui tem se uma visão global de como se deu a censura no decorrer dos tempos, em especial no período medieval e a posteriori. Após surgimento do invento extraordinário de Gutenberg se tem *debatido* o direito à liberdade de expressão através da imprensa em todas as democracias do mundo.

Considerando a conjuntura político-social da sociedade, seu contexto histórico é que se determina uma maior ou menor tolerância por parte das autoridades constituídas.

A liberdade é um ideal, um privilégio inalienável. Todo homem, indistintamente, a ela tem direito. Mas ela

começa a ser excessiva no instante em que o gozo de tal bem, pelo indivíduo, passa a interferir no sossego e na felicidade de seu semelhante. (FAGUNDES, 1974, p. 404).

O amadurecimento das nações politicamente amplia aos indivíduos a concessão de liberdade, posto que esse indivíduo agora é consciente de seus atos sabedor de seus direitos e deveres e que sua liberdade está ligada ao bem comum da sociedade de que faz parte, pois quando sua liberdade interferir no sossego de outrem é que abre-se os impasses quanto a censura ser utilizada para ou bem ou para o mal.

4 A CENSURA NO BRASIL

A censura existe de alguma forma em todas as comunidades humanas, presentes e passadas, em qualquer parte do mundo, o que não é diferente no Brasil, baseada em certos princípios e ideologias que orientava e fiscalizava de forma repressora o conhecimento.

No entanto, ela tem servido para encobrir interesses particulares de pessoas e grupos. Quando colônia de Portugal, o Brasil, instituiu através da Igreja Católica, as visitasões do Santo Ofício com as famosas confissões obrigatórias, onde se valorizavam os pecados de natureza sexual e religiosa para as devidas punições.

Desde modo inicia-se a presença da censura no período Colonial que se estende ao Imperial e a República. Na República,

durante o governo de Getúlio Vargas há um agravamento quanto a censura, pois se limitavam as transmissões radiofônicas e determinavam-se os noticiários. Segundo Carneiro (2002, p. 30) "[...] Durante o governo de Vargas (1930-1945) a purificação das idéias atingiu nível nacional." Contudo, com a derrocada da ditadura de Vargas houve uma retração da censura chegando ao mínimo no Governo de Juscelino Kubtschek, a fase mais liberal de toda história brasileira até aquela data.

Vale ressaltar que com o golpe militar de 31 de março de 1964 (Revolução da Quartelada) houve um retorno a censura. Onde a princípio os militares não investiram contra as manifestações culturais de esquerda, um período paradoxal de convivência de uma ditadura de direita com uma ampla presença de produções culturais opositoras do sistema vigente.

Embora o universo dos livros, editora, livrarias fossem alvo de vandalismos de direita não houve após o Golpe Militar de 1964 a estruturação de um sistema único de censura a livros. A ausência de uma regulamentação censória em relação a livros nesse período fez com que entre os best sellers de 1968, constem os clássicos do pensamento nacional de esquerda.

Carneiro (2002, p. 67) comenta que

Com a instauração de uma ditadura militar em 1964, as atividades da polícia política foram reorientadas pelos primeiros Atos Institucionais, a outorga da Constituição de 1969 e a promulgação do AI-5 que, no seu conjunto, (re)instalaram o Estado de Segurança Nacional.

Haja vista, que com a decretação do Ato Institucional 5 (AI-5) a censura a livros no Brasil ficou marcada por uma atuação

confusa e multifacetada pela ausência desses critérios mesclando batidas policiais e apreensão, confisco e coerção física justificadas através da necessidade de Segurança Nacional, desse modo garantindo a ordem moral da ditadura e objetivando o confisco de todo material considerado subversivo contra o regime ou pornográfico, contra a família e os bons costumes.

No período compreendido entre 1964 a 1968 o alvo predileto da atuação das forças repressoras foi apreensão, coação e censura de livros, assim como a seus autores. Já o ano de 1969 se constituiu de um período de cassações em massa, de rígido controle dos movimentos operários e estudantis, com instituição da pena de morte e prisão perpetua para crimes políticos e inauguração da prática de seqüestros por parte de guerrilheiros urbanos.

As atividades culturais passaram a ser rigorosamente vigiadas e artistas de projeção nacional foram exilados do país. Posto que "As publicações dos partidos comunistas circulavam clandestinamente [...], assim como algumas das notícias censuradas pela imprensa". (CARNEIRO, 2002, p. 165). Apesar de toda a vigilância os militantes de esquerda recebiam as obras publicadas no exterior, assim como notícias.

Devido a essa manobra que burlava o controle do governo que muitos intelectuais, estudantes, artistas e jornalistas foram recolhidos às celas do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS), da Polícia Militar (PM) e aos vários quartéis do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em todo o país.

Toda repressão e censura fora executada pela Polícia Federal através da fiscalização dos censores e das delações anônimas que se justificavam em nome da Segurança Nacional e dos bons costumes.

A preocupação em apontar uma bibliografia de esquerda e combatê-la se dá com relação à revolução cultural paralela e a uma revolução armada que preocupava as autoridades que viam os intelectuais e os profissionais da imprensa como cidadãos perigosos, comunistas.

Para preservar o regime vigente, a forma encontrada foi censurar todo tipo de manifestação artística, assim como divulgação das obras impressas que veiculava as idéias contrárias à ditadura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção histórica da escrita vislumbra fatos de orgulho e de vergonha, se a expressão da linguagem se torna palpável em sua representação gráfica, esta também guarda em si a possibilidade de divulgação entre as mais diversas sociedades.

A priori a idéia era ter uma forma de expressar os acontecimentos em que estava envolvido o homem, com a evolução das estratégias de construção dessa habilidade o ser humano inicia uma caminhada sem volta para a acumulação de conhecimentos em suportes dos mais diversos que guardavam as atividades desenvolvidas e as idéias sobre os afazeres e poderes exercidos

por outrem a sua comunidade ou sociedade.

O próprio homem cria mecanismos para não se sentir constrangido quanto suas práticas equivocadas de viver em sociedade. Impõe suas vontades em detrimento da maioria e fomenta a censura em atos absolutista de poder para não perder o comando.

A Igreja por muito tempo utilizou a Inquisição como forma de coagir o povo, controlando o acesso e a publicação das obras de maneira que estas apenas divulgassem as idéias por ela defendidas. Não somente a Igreja como muitos governantes usaram deste artifício para legitimar seu domínio sobre os demais.

Na sociedade contemporânea não se encontra mais esse estilo de censura, a conjuntura político-social pede um novo arranjo, mais sutil onde ela opera em favor de todos com o consentimento da maioria, que muitas vezes ignora que sofre repressão denominada pelos teóricos das ciências sociais de violência simbólica, não existindo mais a forma materializada, física, mas subjetiva e abstrata no controle efetivo da sociedade.

THE LIMITS OF THE CENSORSHIP

ABSTRACT

The article exposes the book in your historical construction and the censorship is discussed in a more global vision with relationship to the ideas transmitted by the Church and for the State. It is spoken in the Inquisition, in the Real Mesa Censória, in the it burns of books and heretics, and in the brazilian political regimes that were used of the censorship to restraint the popularization of the left ideals.

Keywords: Book. Censorship. Brazil.

REFERÊNCIAS

- BELO, André. **História, livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BOTTENTUIT, Aldinar; CASTRO, César. **Movimento fundador da biblioteconomia no Maranhão**. São Luís: Imprensa Universitária, 20002.
- CARNEIRO, M. Luiza Tucci. **Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP, Fapep, 2002.
- CHATIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- FAGUNDES, C. de L. Cabral. **Censura e liberdade de expressão**. São Paulo: Taika, 1974.
- MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial. 2002.
- RODRIGUES, Graça Almeida. **Breve história da censura literária em Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Português Ministério da Educação e Ciência, 1980 (Biblioteca Breve, v. 54).

SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO VERSUS O CIDADÃO COMUM

Francilene do Carmo Cardoso

Estudante do 7º período do Curso de Biblioteconomia
da Universidade Federal do Maranhão e
Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET

RESUMO

Abordagem a cerca de Sistemas de Recuperação da Informação – SRI. Aborda-se a contribuição das Linguagens Documentarias para a organização e recuperação da informação e traz ainda, algumas considerações sobre o SRI como parte de um modelo de comunicação dentro de contexto sócio-cultural.

Palavras – chave: SRI. Comunicação. Cidadão.

1 INTRODUÇÃO

As linguagens documentárias a exemplo das classificações bibliográficas que ordenam os livros nas estantes por assunto foram de grande relevância para a organização do conhecimento e facilitou a recuperação da informação, além, aumentou a possibilidade dos usuários terem contato direto com os documentos "à medida que deixa os usuários completamente livre para tirar e recolocar o material consultado na estante mesmo correndo o risco de fazê-lo erroneamente". (NAVES, 2007, P.2). Tais sistemas é o que podemos chamar de Sistemas de Recuperação da Informação - SRI, uma vez que diz respeito a aspectos intelectuais de descrição da informação para fins de busca.

O presente estudo traz algumas considerações a cerca de SRI abordando dentre outras coisas, conceito, composição e finalidade dentro de um contexto sócio-cultural. Sendo a metodologia adotada neste trabalho, pesquisa em fontes bibliográficas e eletrônicas.

2 SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO: conceito, composição finalidade

Um SRI pode ser qualquer instituição que disponibilize informação de forma que ligue esta ao usuário, disponibilizando a referencia e/ou o material propriamente dito que podem ser utilizados pelos usuários através de mecanismos de busca a serem manuseados conforme necessidades de pesquisa. Criado com base nos sistema de comunicação, os SRI's segundo Cesarino, (1985, p. 1) "podem se definidos como um conjunto de operações consecutivas executadas para localizar dentro de uma totalidade de informações disponíveis, aquelas mais relevantes", tendo como finalidade recuperar e disponibilizar a informação certa na quantidade e no tempo certo. Cesarino(1985, p.1) cita ainda, a composição dos elementos que formam o processo sendo eles: seleção, aquisição(compra, permuta, doação), processamento(indexação, registro e catalogação) onde utilizando de linguagens documentárias como Classificação Decimal de Dewey - CDD, Classificação Decimal Universal – CDU, traduz-se os termos do documento e ainda a busca, alguns

autores afirmam que tanto no processo de entrada (input) como no de saída (output) a indexação está presente. Entretanto, para haver um bom funcionamento de um SRI, o indexador deve realizar uma boa política de indexação, ou seja, ele deve realizar procedimentos utilizados para determinar a operacionalização das atividades desenvolvidas no sistema. Utilizando alguns passos listados por CARNEIRO, (1985, p.2) "deve-se identificar a instituição em que o sistema esta situado; ver objetivo e filosofia da instituição; as áreas que atende; identificar através de um estudo de usuários o perfil da clientela a quem se destina o serviço, objetivando identificar os possíveis gastos com recursos humanos e financeiros e ver a cobertura do assunto, para tanto, existem medidas para avaliar se o sistema está ou não funcionando adequadamente, podendo ser observado fatores que dizem respeito a quantidade e qualidade (revocação e precisão respectivamente) de informação que o sistema dispõe para suprir as necessidades dos usuários. Caso o sistema contemple esses itens é um indicio de que esta funcionando bem, mas geralmente isso não acontece, tendo em vista a gama e a dinamicidade das informações contidas em uma Unidade de Informação, além de que geralmente as políticas nem sempre são praticadas e/ou adequadas ao sistema, um questionamento perceptível na literatura que trata do assunto, que listam falta de de políticas e de tomada de decisão do Indexador como causas.

A eficiência de um SRI também depende muito da

qualidade da análise conceitual que o indexador realiza e para tanto, este deve ter conhecimento das técnicas e do público a que se destina o serviço, se este público for o cidadão comum "o mais comum, esse que se encontra nas ruas, nas fábricas, as donas – de- casa, os que não são donos de nada, os que trabalham na terra e os que não tem roça para trabalhar, os profissionais liberais" (MILANESI, 2002, p 72) e não for ouvido nem se manifestar, todas as informações respaldadas nos autores supracitados, perderão importância, uma vez este público deverá possuir um dos principais papéis no processo.

3 O SRI NO CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL

Sabe-se que a educação brasileira não é acessível à todos, muitos são obrigados a escolher trabalhar ou estudar e as vezes ate acabam perdendo a vaga na escola, por que a primeira opção é que mais lhes convém, outras vezes, não existe escola ou mesmo vaga. Isto deve-se ao desinteresse do governo, seja ele em qualquer instância, em investir em educação. Diante disso, a falta de investimentos em políticas de inclusão educacional é causadora de excluir um grande numero de pessoas do direito à informação e ao conhecimento.

Nesse contexto, a biblioteca que deveria exercer função educacional, não o faz, ela deveria "colaborar na educação das classes menos privilegiadas, promovendo campanhas de informação com planejamento mensagens eficazes no combate à desinformação". (BRAGA, 2004, p.27), entretanto, a biblioteca preocupa-se

apenas em classificar o conhecimento ali contido (técnica necessária) e seu lado social é deixando para trás, esquecendo-se de fatores como geração e assimilação do conhecimento. MILANESI, 1986, em seu livro Ordenar para Desordenar diz que a biblioteca deveria funcionar de modo a desordenar as estruturas firmes e milenares dessa sociedade capitalista, neoliberal e exclusória, uma vez que ali estão contidos os mais diversos tipos de conhecimento, essa desordem poderia até ocorrer se os usuários da instituição fossem o cidadão comum e se estes não tivessem o direito de pensar criticamente abolidos. Este tipo de usuário, compõe a maioria da população e geralmente não teve educação institucionalizada, porém, necessita de informação, direito assegurado em constituição art 5º, XIV e de conhecimento,(uma vez que são fatores que regem a atual sociedade) seja para dúvidas do dia-a-dia ou para trabalho.

O indexador deve ter em mente este tipo de público e não somente técnicos e acadêmicos.

4 CONCLUSÃO

Os Sistemas de Recuperação da Informação enquanto modelos de comunicação devem se ater para o feedback do usuário, saber se eles estão satisfeitos com o serviços prestados, além, de manter-se em constante diálogo e perceber-se dentro de contexto sócio-cultural, devendo estreitar a comunicação muitasvezes barradas por "um sistema burocrático executor de de regras de organização bibliotecária" (Milanesi, 2002 p.77).

Se a Unidade de Informação e seus serviços são para a sociedade, as políticas adotadas lá, devem estar em sintonia com a mesma, e instituição e profissional, devem estar atentos para as transformações nos âmbitos social, político, econômico e cultural que podem afetar a qualidade e o bom funcionamento da instituição.

Se informação é poder, e é a mola propulsora dessa sociedade dita da informação, faz - se necessário incluir, dar a todos o direito ao acesso à ela para o próprio desenvolvimento econômico e sócio/cultural da população.

SYSTEM OF RECOVERY OF THE INFORMATION VERSUS THE COMMON CITIZEN

ABSTRACT

Boarding about Systems of Recovery of the Information - SRI. It is approached contribution of the Languages Would register for the organization and recovery of the information and still brings, some considerations on the SRI as part of a model of communication inside of partner-cultural context.

KeyWords: SRI. Communication. Citizen.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Maria de Fátima Almeida. A biblioteca como lugar de signos. **Infociência**, São Luís, v.4,p.9-20, 2004.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de Indexação. **REVISTA ESC. BIBLIOTECONOMIA DA UFMG**. Belo Horizonte, n. 14, p. 221 -241, set., 1985.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. Sistemas de Recuperação da Informação. **REVISTA ESC. BIBLIOTECONOMIA DA UFMG**. Belo Horizonte, n.14, p.157-167, set., 1985.

MILANESI, Luís Augusto. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002

MILANESI, Luís Augusto. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986,291p.

NAVES, Madalena Martins Lopes. **Aspectos conceituais do Browising na recuperação da informação**. Disponível em: <<http://www.biblioestudant.hpg.ig.com.br>>. Acesso em: 20 abr. 2006.

PEREIRA, Dejenane Gusmão. **Formação de cidadãos**: papel social das Bibliotecas públicas. **Bibliomar**, São Luís, n.1, v.2, p. 11-17, 2002.

PESQUISA ESCOLAR E USO DA INTERNET: busca e uso de informações on-line*

Carlos Wellington Martins

Luhilda Ribeiro Silveira

Estudantes do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão e Bolsistas do Programa de educação Tutorial - PET

RESUMO

Aborda o uso da internet como ferramenta de pesquisa por alunos do Ensino Médio da rede pública e privada de São Luís. Aplica questionários nas escolas Cefran, Cegel, Batista e Cefet. Apresenta resultados da pesquisa que identifica formas de uso e critérios de seleção das fontes de informação na internet. Faz comentários dos dados obtidos e recomendações acerca processo de pesquisa no ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Pesquisa Escolar. Fontes de Pesquisa. Pesquisa na Internet.

1 INTRODUÇÃO

O uso da internet no cotidiano escolar envolve alunos dos diferentes níveis educacionais, a realização de trabalhos mediante o uso deste recurso, de certo modo, incorporou dinamicidade no processo que integra a prática educacional e conseqüentemente na aprendizagem.

*Eixo temático: Uso e avaliação de recursos eletrônicos de informação

A pesquisa escolar é sem dúvida uma prática comum nas mais variadas instituições de ensino e em seu arcabouço didático ela levanta questões a respeito de seus processos e métodos utilizados. O uso da internet nesse âmbito suscita questões que envolvem professores e alunos quanto às suas práticas e costumes na elaboração de suas pesquisas.

As fontes eletrônicas de informação constituem uma realidade no panorama da pesquisa, e conseqüentemente nos diversos níveis educacionais. O ambiente eletrônico incorpora dinamicidade, emprega eficiência e facilidade no acesso à informação das mais diversas origens, mas não se pode negar que entre a facilidade de acesso e uso adequado há um ponto crucial, a diligência, que infelizmente nem todos os alunos estão preparados para empregar em suas ações no âmbito da pesquisa.

Tendo em vista a importância que revela a pesquisa escolar no panorama da educação, realizou-se um estudo para verificar o uso da internet por alunos do ensino médio, suas estratégias de busca, o critério para as seleções das fontes de pesquisa, as influências que esta tecnologia trouxe para a pesquisa e as implicações no processo ensino aprendizagem.

Apresenta deste modo uma abordagem que integram considerações de teóricos da área de educação e tecnologia e descrições do estudo exploratório como método, análise de dados coletados e considerações a partir destas variáveis. Aplica questionários em instituições da rede pública e privada de São Luís.

2 PESQUISA ESCOLAR E INTERNET

Educar pela pesquisa é tarefa tanto desafiadora quanto necessária para a formação de estudantes competentes, mas de cidadãos. Os pressupostos metodológicos na realização da pesquisa escolar antes de tudo, primar pela contribuição desta para a formação do sujeito pesquisador, e preencher espaços no calendário de trabalho de professores e alunos.

Quando se fala em pesquisa escolar corre-se o risco de associá-la à mera busca de informações, onde o conteúdo em si, no papel ou em qualquer suporte a ser entregue ao professor é o fim e não o meio para fomentar a aprendizagem.

Se por um lado, a pesquisa perpetua-se como prática integrante do ambiente educacional no processo de ensino-aprendizagem, caracterizando-se como tradicional, a inovação que chega às salas de aula e à educação ocasionada pelas tecnologias, especialmente a internet, torna atividades como a pesquisa escolar digna de atenção especial, pois embora ofereça flexibilidade e dinamismo, pode-se perder muito se não soubermos conciliar estes aspectos ao real objetivo da educação: a aprendizagem.

A pesquisa escolar se caracterizou como um método a favorecer a construção do conhecimento resultando na criticidade que o aluno venha a desenvolver, porém o que se constata na realidade é justamente o contrário: os estudantes não se dão ao trabalho de ler e entender o texto, apenas copiam o que acham pela frente, pelo simples fato de conter supostamente o assunto

que lhe foi pedido, por outro lado têm-se professores que não lêem os trabalhos, ou mesmo promovem um debate acerca da "pesquisa", contribuindo ainda mais para compor esse círculo vicioso que se torna a cópia, como nos mostra Simka (2004, p.50) "desde o ensino básico o aluno aprende que copiar é o único método de ensino que existe e aprender corresponde a dezenas de folhas copiadas da lousa, repassadas por um professor". Tais práticas estão enraizadas de tal forma no ensino, que atitudes como estas remetem a tempos antigos, onde basicamente os suportes para "pesquisas" eram os livros escolares e as obras de referência, com as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), há uma variedade de diferentes suportes e conteúdos.

Demo (2000 p. 28) já vislumbrava o potencial, modificações e implicações da tecnologia para a sala de aula, afirmando que neste cenário,

[...] a informatização do conhecimento será característica iniludível dos tempos modernos, absorvendo a tarefa de transmissão do conhecimento, com nítidas vantagens, seja porque é mais atraente e manejável, seja porque atinge a massa. A escola não poderá concorrer com esta tendência, nem o professor [...].

O acesso a grande quantidade de informação não assegura a possibilidade de transformá-la em conhecimento. O conhecimento não viaja pela internet. Construí-lo é uma tarefa complexa, para a qual não basta criar condições de acesso à informação, e "[...] para poder extrair informação útil do crescente

oceano de dados acessível na internet, exige-se conhecimento básico do tema investigado, assim como estratégias e referenciais que permitem identificar quais fontes são confiáveis." (MARTINEZ 2004, p.97). Todavia caso não haja uma real preparação para inserir-se nesse contexto, extraindo dessa relação o máximo proveito, analisando, interpretando de modo reflexivo o conhecimento ali contido, o estudante habitua-se a um uso incipiente, onde a vantagem para sua utilização limita-se a fazer uma cópia facilitada através dos recursos da internet, e os alunos que antes copiavam o conteúdo manualmente agora nem precisarão fazê-la, não necessitando nem que seja lido o conteúdo obtido a partir dos conhecidos recursos do Microsoft Word Control C (copiar) Control V (colar).

Neste sentido ainda segundo Demo (2000) é de fundamental importância que os alunos escrevam, redijam, coloquem no papel o que querem dizer e fazem, para assim alcançarem a capacidade de formular e elaborar, caracterizando-se como termos essenciais na formação da competência, passando deste modo a participar como um sujeito capaz de propor e contrapor, criando interpretação própria com base no conhecimento que está no livro [ou em qualquer outro ambiente informacional].

Ainda, sobre as competências do sujeito no que se refere à aquisição e uso das informações na sociedade do conhecimento, Blattmam et al (2004) reforça que:

Aprender e trabalhar consiste em: identificar problemas; buscar informação para solucionar o problema em mãos; filtrar a informação encontrada com critérios para relevância e pertinência; tirar conclusões que sejam válidas e justas; comunicar as conclusões a terceiros em linguagem clara e sucinta. Este será o diferencial para sobrevivência profissional e pessoal. Ensinar aos estudantes como aprender e como trabalhar é a mais importante missão da instituição educacional.

Sendo função da escola, garantir instrumentos que lhe assegurem "aprender a aprender", onde os saberes educacionais deve ultrapassar a sala de aula, e os alunos devem estar preparados para buscar e selecionar informações úteis e apropriadas em diferentes contextos. A seleção de informações na internet exige habilidades que integram as funções descritas acima, como sendo papel da escola.

As possibilidades oferecidas pela internet no que se refere o conteúdo são tão vastas quanto caóticas, as alternativas que se inserem nesse contexto de busca e seleções das informações no ambiente virtual abrem espaço para a utilização dos mecanismos de busca, que são ferramentas amplamente utilizadas na recuperação das informações de modo geral inclusive no ambiente escolar, embora nem sempre seja um meio seguro na obtenção de informações seguras e relevantes.

Tendo em vista que uma das características da Internet é possibilitar a qualquer pessoa, teoricamente, ali disponibilizar informações, estas carecem de utilização cuidadosa, principalmente as fontes que estão se tomando cada vez mais

instrumento de uso constante de estudantes e profissionais. (TOMAEI, 2000).

Existem na Web milhares de páginas que tratam de diversos assuntos, e das mais variadas formas, e para que a utilização destas informações seja eficiente e eficaz no ambiente educacional, é necessário que se repense algumas práticas que norteiam as atividades de pesquisa. É indispensável que se construa uma consciência de que a pesquisa deve ir além da mera cópia ou reprodução, ela perpassa saberes e práticas que devem incorporar reflexão e construção do conhecimento, ultrapassando deste modo a limitação da imitação, e aproveitar as vantagens que a tecnologia nos propicia no sentido de armazenamento e possibilidade de fácil recuperação da informação,

[...] o desafio maior está em salvaguardar na eletrônica a lógica e a ética do aprender a aprender, favorecendo o questionamento construtivo, o que certamente será atingido com o tempo; a própria facilidade de armazenar informações e de dispor delas a qualquer hora, poderá levar a evitar didáticas copiadas, mesmo porque seriam reduplicativas e inúteis; ao lado da disponibilidade da informação, a eletrônica vai buscar formas de promover sua permanente reconstrução. (DEMO, 2000, p. 31).

Saber como integrar fontes de informação com a prática da pesquisa é indispensável para garantir o acesso e o uso da informação, desencadeando o processo de ensino-aprendizagem.

Tecnologias como a internet propicia a motivação de alunos, pelas inúmeras

possibilidades que esta oferece à pesquisa e ao ensino, tornando-se mais acentuada quando há mediação de saberes e práticas entre aluno e professor. Desta relação resulta o equilíbrio, a competência e a simpatia no processo de ensino-aprendizagem. (MORAN, 1997).

3 PESQUISA NA INTERNET FEITA PELOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA E PRIVADA DE SÃO LUÍS

Esta pesquisa a partir de uma amostra de alunos que compõe o ensino médio na cidade de São Luís analisa e discute dados que revelam as estratégias de utilização da internet na pesquisa escolar no âmbito de escolas da rede pública e privada. Embora tenha se baseado num estudo de caráter propedêutico as análises que decorrem das observações podem contribuir para se repensar as práticas de pesquisas que são realizadas nesses ambientes.

3.1 Metodologia

A pesquisa constituiu-se num estudo exploratório de natureza analítico-descritiva cujo instrumento de coleta de dados foi questionário com 12 questões fechadas e 1 aberta, permitindo deste modo o melhor entendimento do universo pesquisado. O questionário foi desenvolvido pensando em questões quanto à acessibilidade, laboratórios, desenvolvimento de pesquisas, auxílio de professores no processo de pesquisa.

As instituições educacionais escolhidas para a realização da pesquisa foram: duas escolas públicas, sendo elas o Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão – CEFET-MA e o Complexo Educacional Governador Edson Lobão – CEGEL, e duas escolas particulares, o Colégio Batista Daniel de La Touche e o Centro Educacional São Francisco de Assis-CEFRAN. As escolas envolvidas localizam-se em diferentes bairros da cidade de São Luís, e a escolha deu-se com o fato de duas escolas (uma pública e outra privada) oferecerem acesso à internet, e as outras duas (uma pública e outra privada) não oferecerem esse acesso.

A aplicação dos questionários deu-se tanto nas salas de aula, quanto nos pátios das escolas. Participaram deste estudo 100 estudantes do ensino médio das diferentes séries, escolhidos aleatoriamente, sendo 25 em cada escola, a pesquisa foi realizada durante o primeiro semestre de 2006. Reforçando que pode ser evidenciada a inibição por parte de alguns alunos em responder algumas questões.

3.2 Análise dos dados

Após a identificação e análise dos dados das instituições relacionadas, verificou-se que a internet constitui-se numa fonte de pesquisa amplamente utilizada pelos estudantes do ensino médio, configurando-se como importante ferramenta de aquisição de informações. Embora a precariedade da disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas brasileiras,

e a existência de alguns computadores na escola nem sempre signifique acesso a estes pelos alunos, e muito menos acesso à internet.

Embora os alunos afirmem não terem acesso à internet na escola, este se faz por outras vias, possibilitando uso significativo deste recurso na pesquisa escolar, como nos mostra o quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Média de alunos que afirmam utilizar a internet na pesquisa escolar

CEGEL	CEFET	R. pub.	Batista	CEFRAN	R. priv.	TOTAL
15	22	74%	23	22	90%	82%
10	3	26%	2	3	10%	18%

Pode-se perceber que o fator econômico é forte determinante no acesso à internet fora da escola, com o uso mais efetivo por alunos da rede privada, como evidencia o quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Média de alunos que afirmam terem acesso a internet fora da escola

	CEGEL	CEFET	R. pub.	Batista	CEFRAN	R. priv.	TOTAL
Sim	19	19	76%	22	24	92%	84%
Não	6	6	24%	3	1	8%	16%

Os sites de busca são instrumentos fundamentais na prática de pesquisa dos alunos, constituindo-se quase

como unanimidade entre os usuários. O quadro abaixo nos revela que não há disparidade entre as duas redes de ensino quanto à utilização deste recurso.

Quadro 3 – Média de utilização de sites de busca nas pesquisas escolares pelos alunos do ensino médio de São Luís

	CEGEL	CEFET	R. pub.	Batista	CEFRAN	R. priv.	TOTAL
Sim	13	22	95%	23	21	98%	96%
Não	12	-	5%	-	1	2%	4%

O mecanismo de busca *Google*, foi o mais citado pelos alunos na recuperação da informação através da internet, sendo apontado por 73% dos alunos como sendo o que eles mais utilizam e 63% afirmando observarem o endereço eletrônico das páginas que são pesquisadas quando remetidas pelos buscadores. Embora 62% não costumam indicar a fonte (o site) de onde pesquisaram. A falta de indicação das referências nos trabalhos pode ser atribuída ao fato da inexpressiva cobrança por parte dos professores como afirmam os alunos, mostrada no quadro a seguir.

Quadro 4 – Média de alunos que mencionam a cobrança por parte dos professores em referenciar as fontes utilizadas nas pesquisas escolares

	CEGEL	CEFET	R. pub.	Batista	CEFRAN	R. priv.	TOTAL
Sim	5	6	30%	7	8	33%	32%
Não	10	16	70%	16	14	67%	68%

Percebe-se também que não há orientação advinda dos professores quanto à utilização de fontes mais seguras de pesquisa na internet, correspondendo a um total de 82% dos alunos que afirmam não haver tal direcionamento. Isto se reflete não só nos endereços eletrônicos, mas também na forma como o conteúdo é apresentado. A prática da cópia, além de ser cômoda para o aluno, pode ser também o resultado de uma correção viciosa do professor, onde este atribui a nota sem questionar a autoria da "pesquisa". O quadro abaixo demonstra a utilização dos recursos "copiar e colar" nas pesquisas.

Quadro 5 – Média de alunos que afirmam utilizar os recursos copiar (Control C) e colar (Control V) nas pesquisas escolares

	CEGEL	CEFET	R. pub.	Batista	CEFRAN	R. priv.	TOTAL
Sim	8	12	54%	16	8	53%	54%
Não	7	10	46%	7	14	47%	46%

Embora os percentuais de alunos que afirmam já terem realizado trabalhos utilizando basicamente os recursos "copiar e colar" ter sido expressivo como se pensou a priori, o fato de ter-se enfrentado alguns entraves burocráticos na aplicação do questionário em algumas instituições, pode ter ocasionado a inibição de alunos com relação a algumas respostas.

5 CONCLUSÕES

A problemática da recuperação da informação através da internet pelos alunos na realização de suas pesquisas escolares ocorre pelo de alunos desconhecerem ou não saberem manusear tais instrumentos, o fato de uma parcela significativa de profissionais, como professores e bibliotecários, não saberem utilizar as tecnologias de informática contribui para a baixa utilização desses recursos em sala de aula.

A dificuldade se torna uma via de mão dupla: quando a escola conta com um laboratório com todas as ferramentas necessárias para o uso, não existem profissionais, e quando não há uma infra-estrutura de qualidade, os recursos humanos são eficientes. Uma das principais reivindicações dos alunos das escolas, tanto privada quanto públicas, são os laboratórios de informática, devido a não utilização das salas, o aluno fatalmente não vê ligação entre os recursos tecnológicos e a sala de aula.

O que reforça a importância de que todos os agentes envolvidos no processo educacional, dentre eles o profissional bibliotecário, a necessidade de aprender como incorporar essas mudanças tecnológicas em seu modo de trabalhar e viver na sociedade.

Deve-se considerar que as TICs vêm a somar forças no papel da educação. Porém para que tal resultado da utilização de tais ferramentas seja positivo se faz necessário um conhecimento por parte dos educadores, onde os professores

necessitam desenvolver competências, formular questionamentos, equacionar problemas, lidar com incertezas, testar hipóteses, planejar, desenvolver e documentar seus projetos de pesquisa. A prática e a reflexão sobre a própria prática são fundamentais para que os educadores possam dispor de amplas e variadas perspectivas pedagógicas em relação aos diferentes usos da informática na sala de aula, com resultados positivos que venham a complementar a tríade ensino, pesquisa e aprendizagem, embora a utilização da internet pelos estudantes do ensino médio seja ampla, observou-se que esta utilização na pesquisa escolar de modo geral não se difere entre alunos da rede pública e privada com relação aos critérios (ou falta de critérios) empregados para selecionar os documentos na internet.

Embora as fontes de informação possibilitem ao pesquisador incorporar dinamismo às suas pesquisas, funcionando como facilitadora no acesso às mais variadas informações, este ambiente informacional não deve excluir os demais, tendo em vista que apesar das vantagens a internet tem suas limitações. Facilidades na aquisição de informações diversas constitui-se no principal atrativo deste recurso, ao mesmo tempo a possibilidade de copiar facilmente o conteúdo propicia o plágio, e desse modo a cópia torna-se ainda pior do que o antigo costume de "copiar enciclopédias", pois o aluno que antes copiava o conteúdo de uma enciclopédia ou de outros livros, agora pode nem mais se dar ao trabalho de ler ou copiá-lo manualmente, além do conteúdo copiado nem sempre inspirar confiabilidade. Para a melhor utilização

exploração das potencialidades dos recursos on-line na pesquisa escolar, recomenda-se orientação à pesquisa por professores e bibliotecários, no sentido de garantir fontes mais seguras de informações no ambiente on-line, além de incorporar um caráter reflexivo, integrando análise e descobertas. Para que o trabalho seja bem feito, é necessário que professores estimulem, e quando necessário, exijam o questionamento reconstrutivo em todo processo de pesquisa, fazendo-os perceber a real importância da pesquisa no processo de aprendizagem, e que não é somente mera atividade para preencher a carga-horária.

ABSTRACT

It approaches the use of the InterNet as tool of research for pupils of the average education of the public and private net of São Luís. It applies questionnaires in the schools Cefran, Cegel, Batista and Cefet. It presents results of the research that identifies to forms of use and criteria of election of the sources of information in the InterNet. It makes commentaries of the gotten data and recommendations about process of research in the teach-learning.

Key-Words: School Research. Sources of research. Research in the internet.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ensino médio: múltiplas vozes**. Brasília, DF: UNESCO, MEC, 2003.
- BLATTMANN, Ursula et al. Diversidade da recuperação de informações via internet na pesquisa e ensino. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 9, n. 1, p. 143-154, 2004. Disponível em: < <http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/viewarticle.php?id=98&layout=html> >. Acesso em: 28 jun. 2006.
- BRANSKI, Regina Meyer. Recuperação de informações na web. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, jan/jun, 2004, p.70-87.
- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2000. 129p.
- HEIDE, Ann; STILBORNE, Linda. **Guia do professor para a internet**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- MORAN, José Manuel. Como utilizar a Internet na educação. **Ciência da Informação**. maio /ago. 1997, vol.26, n.2, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 jun. 2006.
- SIMKA, Sérgio. Pesquisar não é copiar. **Ensino superior**. n.73, v.7, out. 2004.
- TOMAÉL, Maria Inês. **Fontes de informação na internet: acesso e avaliação das disponíveis nos sites de universidades**. Disponível em: <<http://www.snbu.bvs.br/snbu2000/docs/pt/doc/t138.doc>>. Acesso em: 20 jun. 2005.

O USO DA INTERNET COMO RECURSO INFORMACIONAL EM UMA BIBLIOTECA

Kátia Soares dos Santos

Roseane Maria do Nascimento Silva

Alunas do 7º período do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

O papel da internet na biblioteca. Aborda a importância do uso da Internet como um recurso a ser utilizado por usuários na biblioteca. Faz-se uma distinção entre Internet e Intranet, as suas vantagens e desvantagens. Citam-se os produtos e serviços disponibilizados pelas Tecnologias da informação, destacando o uso das bases de dados em linha.

Palavras-chave: Internet. Base de dados. Biblioteca.

1 INTRODUÇÃO

O século XXI trouxe várias mudanças na sociedade, comunicação, política, alimentação, tecnologias, a partir disso verificasse a grande necessidade de possuir informações e conhecimento. Um grande número de documentos estão todos os dias a disposição de muitas pessoas, com a explosão informacional houve essa facilidade de acesso as informações. Diante disso as instituições precisam de informações organizadas que possam ser disponibilizadas de modo rápido e eficiente. É preciso avaliar processos, desenvolver metodologias, implementar gestão documental, desenvolver gerenciamento de informação.

A informação em uma instituição é fundamental, pois através dela é possível planejar e assim alcançar os objetivos pré-estabelecidos pela mesma. O século XXI trouxe um novo modo de trabalhar, onde todo o sucesso das instituições buscam a satisfação do cliente.

Rezende & Marchiori citado por Santos et al (1997, p. 28) enfatizam que para atender a demanda atual de informação, os serviços de informação devem identificar o mercado através de uma definição clara do cliente, levantar o tipo de produto necessário, identificar os recursos disponíveis, identificar as prioridades do sistema, levantar os custos financeiros necessários e finalmente definir o sistema (planejamento de produtos e serviços).

O homem se comunica de várias formas através da fala, gesto, desenho, escrita e corpo. A escrita favoreceu ao homem a capacidade de registrar, acumular e transferir a informação de forma padronizada. A comunicação do século trás o aparecimento de telefones celulares com imagens, fax, teleconferência, TV a cabo, computadores e com os mesmos o uso da Internet onde podemos passar uma mensagem para o outro lado do mundo, imagens podem ser transmitidas na hora do acontecimento.

Todas as mudanças da tecnologia trás conseqüências nas profissões. Como exemplo dessas mudanças cita-se o bibliotecário que trabalha de vários modos e métodos usando diversos suportes, pois a função principal desse profissional é auxiliar a sociedade na solução de problemas, buscando satisfazer suas necessidades informacionais. As tarefas de difusão da

informação, seleção, mediação, produção da informação, gerenciamento, referência, treinamento de usuário estão presentes na Internet, mas de modo diferente dos métodos convencionais.

Segundo Ferreira (1994, p. 9):

[...] a informação sempre foi e será a base da interação humana. Ao lado da explosão do conhecimento científico e tecnológico, a informática trouxe um aumento considerável da oferta das informações e das possibilidades de sua disseminação.

Na sociedade atual, a informação passou a ser considerada um bem precioso, onde todo o profissional da informação deve estar preparado para as mudanças, acompanhando as evoluções tecnológicas. A Internet surgiu para contribuir e agilizar o trabalho do bibliotecário.

2 DEFINIÇÕES E PROCEDÊNCIA DA INTERNET

É um conjunto de redes de computadores interligados, ou seja, uma rede de redes. Atualmente conecta mais de um milhão de computadores e sua velocidade de crescimento, em termos de uso e assinantes, aumenta a cada mês. A Internet oferece conectividade mundial por meio de uma malha de redes baseada no protocolo TCP/IP.

A caracterização da rede está atrelada à transmissão de grandes quantidades de dados de maneira rápida e eficiente, a organização da informação e ao acesso a um grande volume de recursos informacionais.

Segundo Dutra (1998, p. 14)

[...] a distribuição eqüitativa da INTERNET pode proporcionar a maximização da integração local, regional, nacional e mundial, condições para o aprimoramento educacional, através de projetos de ensino a distância, existentes no universo cibemético, bem como acesso a base de dados e contato virtual com especialistas, satisfazendo as necessidades informacionais do indivíduo.

Meio de comunicação de maior alcance mundial, ou seja, é um mecanismo interativo, instantâneo e multidirecional. A Internet é hoje uma coleção de milhares de computadores que interligam milhões de outros, desde computadores de grande porte até os de pequeno porte, através de linhas telefônicas utilizadas por milhões de pessoas, possibilitando a troca de informação e o uso de correios eletrônicos e transferências de programas, como imagem e textos digitalizados.

Segundo alguns historiadores a Internet surgiu no final dos anos 60, como solução dos objetivos militares de construir um intercâmbio de informações entre os órgãos de governo, mas existe uma versão do surgimento deste sistema que se deu na década de 70 precisamente no ano de 1974 quando, respondendo a um desejo do Pentágono, um professor da Universidade da Califórnia aprimorou a norma comum onde permitiu conectar todos os computadores, pois tinha descoberto que eles, assim como os homens, são gregários, ou seja, não são eficientes se não estiverem conectados a outros computadores.

Conforme Martin (1998, p.79), a Internet deu um salto quantitativo e qualitativo e explodiu como média mais promissora

desde a implantação da televisão. Virou uma grande vitrine, um grande campo de troca de mensagens, um enorme banco de dados e um crescente balcão de negócios e serviços, embora haja, ainda, muitos problemas de segurança e rapidez para resolver.

A Internet é importante porque torna disponível uma relação de dados, através de ligações rápidas e flexíveis, tem sido bastante dinâmica nos sistemas de informações e nas bibliotecas do mundo inteiro, criando um grande desenvolvimento nestas áreas do conhecimento, assim, vem possibilitando uma maior abrangência no campo virtual.

A Internet é relevante, pois interliga aqueles que participam deste dispositivo, devendo ser compreendida como uma tecnologia de inteligência e uma nova cultura para a sociedade. O avanço direcional em particular, a Internet, vem propiciando muitas utilidades para as bibliotecas, pode ser utilizada nas bibliotecas e nos centros de documentação para identificar e localizar registros importantes que venham atender às necessidades de acesso a obtenção e administração de sistemas.

Um outro importante modelo muito utilizado pela Internet é a ciência informatizada, que surgiu da evolução documentária tradicional, pela necessidade de explicar os fenômenos informacionais nos seus aspectos mais amplos, como enfrentar a chamada "explosão informacional", consequência da multiplicação de publicações, principalmente, em ciência e tecnologia.

As primeiras conexões do Brasil com a Internet foram feitas em 1988, através da Fundação de Amparo a Pesquisa do

Estado de São Paulo (FAPESP) e do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) do Rio de Janeiro. Em 1989, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) criou a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), que construiu o primeiro backbone nacional. Em dezembro de 1994, foram iniciados os testes comerciais com linhas discadas, em agosto de 1995 deu-se o início comercial através de acessos dedicados por provedores de acesso comercial.

2.1 Produtos e serviços disponibilizados na internet

Os correios eletrônicos permitem que os usuários enviem mensagens ou arquivos entre si; Permitem que os mesmos façam ligações remotas; Permitem que as bibliotecas disponibilizem serviços de fornecimento de documentos (catálogos de acesso público entre bibliotecas); A Internet proporciona acesso a bases de dados oferecidas por periódicos, livros, editores (aquisição).

2.2 Desvantagens da Internet

Vem acontecendo no mundo, uma explosão no uso da internet, e a biblioteca não poderia ficar de fora do processo. Por ser o principal instrumento de disseminação da informação, está tentando caminhar (pelo menos no caso das especializadas e universitárias) de braços dados das tecnologias de informação que têm contribuído muito para a melhoria da qualidade dos serviços de informação. No caso específico da internet, a contribuição

também tem sido muito grande, pois pode se dispor de um volume de informação apenas com um clique, mas não pode-se esquecer algumas desvantagens que advém da mesma. Cita-se como uma dessas desvantagens o mau uso da internet.

As desvantagens da Internet são provenientes do mau uso da mesma. Como afirma Blattman et al. (2003, p. 84):

As vantagens são exaltadas aos quatro cantos. As limitações e desvantagens são esquecidas neste ambiente. Pairem preocupações como o mal uso da Internet nas instituições de ensino e pesquisa, nos recursos de bate-papos, e e-mail, páginas de hipertexto entre outros.

É também importante que se projete o ambiente de acesso a internet em bibliotecas considerando alguns aspectos como: localização, infraestrutura (energia elétrica, comunicação de dados, telefones ou fibra ótica), equipamentos (computadores e seus periféricos), pessoal responsável por treinamento e que haja constante atualização de software pois estão acontecendo constantes inovações que se por um lado trazem benefícios para os usuários, por outro dificulta. Por isso é necessário que o bibliotecário tenha a capacidade de fazer um bom planejamento para evitar problemas futuros e assim garantir o bom funcionamento da biblioteca.

Além de todas as precauções já citadas deve-se tomar outros cuidados com relação a vírus, spams e bate-papos.

O vírus é um programa de computador, que tem o objetivo de provocar anomalias quando é acionado. É um fragmento

de um código, que sendo executado se reproduz e atinge outras áreas do sistema, podendo danificar todo este, sem que o usuário perceba, chamamos de "infecção".

Os vírus podem ser destrutivos e não destrutivos. Os destrutivos podem apagar dados do disco rígido, os não destrutivos apenas provocam efeitos estranho no computador como: lentidão, exibição de imagens incompreensíveis etc.

Para controlar ou minimizar os danos provocados pelos vírus, pode-se contar com softwares antivírus. Os spams são mensagens indesejadas. Utilizando-se de roteadores, pode-se usar uma ferramenta que permite a filtragem de e-mails pelo endereço do Protocolo Internet (Internet Protocol-IP) de origem. O módulo de bloqueio de mensagens indesejadas, sendo ativado, analisa cada pacote transmitido por ele e confere se a mensagem deve ou não ser transmitida, baseando-se em uma relação de procedimentos. A ferramenta usada tem duas utilidades para o administrador do ambiente de redes de computadores: e controla o tráfego inadequado e mantém o desempenho do servidor de e-mail.

Outro aspecto negativo de serviço prestado pela Internet é o bate-papo que, se por um lado faz da rede um ambiente interativo e eficiente em se tratando do acesso às informações on line, por outro prejudica o funcionamento da mesma, porque sobrecarrega as conexões.

3 INTRANET

É uma rede projetada segundo os padrões da Internet para o processamento de informações dentro de uma empresa ou organização. Esse tipo de rede utiliza navegadores, correios eletrônicos, sistemas de hipertexto através de páginas, catálogo de endereços, sistema de pesquisa, e é por esses motivos que a mesma se distingue das redes locais comuns. Utiliza a arquitetura TCP/IP e pode permitir acesso remoto e também acesso à Internet, dependendo da política de segurança da Biblioteca. Esse novo conceito de rede surgiu pela maior privacidade e maior rapidez da Intranet em relação à Internet.

De acordo com Rowley (2002, p. 201) "Intranets são sistemas de comunicação interna de uma organização que emprega tecnologia da Internet". A mesma é adotada como recurso que disponibiliza grande variedade de serviços de informação, como por exemplo, acesso a coleções de documentos em sistemas e correios eletrônicos.

3.1 Produtos e serviços disponibilizados pela intranet para a U.I

- a) Manuais de diretrizes;
- b) Distribuição e atualização de documentos;
- c) Horário de abertura e atendimento em bibliotecas;
- d) Videoconferências on-line;
- e) Serviços de suporte técnico;
- f) Serviços de consulta em linha;
- g) Renovação de empréstimos;
- h) Acesso a catálogos de bibliotecas na rede;
- i) Fornecimento de periódicos eletrônicos etc.

4 BASES DE DADOS E SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A explosão da informação ocorrida em meados do século XX trouxe à tona a importância da organização dessa informação para facilitar a sua recuperação. O grande volume era inacessível a todos os pesquisadores, pois funcionava do seguinte modo: a informação existia, mas era preciso saber onde ela se encontrava e como acessá-la.

É imprescindível a importância da evolução dos computadores no processo de organização da informação. Para facilitar esse uso as informações são registradas em bases de dados que logo passaram a ter sua busca on-line com crescimento da Internet. Segundo Williams apud Cunha (1984, p. 22) o número de base de dados, registros e buscas em linha têm crescido consideravelmente desde 1975.

Nos anos 50, as poucas bibliotecas que usavam o computador, o utilizavam apenas para acelerar as rotinas do processamento técnico de serviços tais como: aquisição, seleção, circulação dentre outros. No entanto segundo Cunha (1984, p. 23),

é na década de 60 que se marca mais uma fase para o uso do computador na biblioteca, pois este passa a ser aplicado no processamento da informação bibliográfica para gerar índices.

É neste contexto que a biblioteca passa a se preocupar com o rompimento de seus muros. Utilizam o computador além da aceleração de seu próprio acervo, ele também é utilizado para ir à busca de outras informações e torná-la acessível aos seus

usuários. Para isso é preciso a reunião de todos os dados bibliográficos em um local, que aqui se destaca a importância da informação principalmente científica e relevante para uma possível recuperação. Esses dados estarão situados em um ambiente conhecido como base. Mas não basta apenas que haja esses dados todos classificados e organizados, é preciso que estejam em linha para que possam ser acessados em diversos locais por diversas pessoas ao mesmo tempo.

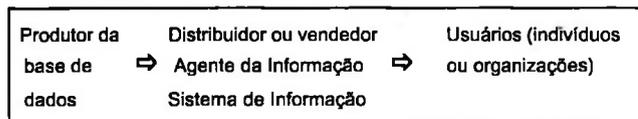
O primeiro sistema bibliográfico em linha foi o MEDLINE (Medical Analysis and Retrieval Online) originado do MEDLARS. Desenvolvido na U.S. National Library of Medicine em 1967, e disponível em linha na década de 70. Desde então houve o crescimento gradual do uso do computador passando ser sentido pelo mundo da informação.

Deu-se início também a vários estudos sobre as bases de dados e o seu desempenho nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Surgiram vários eventos em torno do assunto:

"[...] tais como o de Pittsburgh em 1977, Online-79, realizado em Atlanta, e Online-80, realizado em São Francisco; o Encontro Nacional de Online realizado em Nova Iorque em 1980 e 1981, encontros realizados na Inglaterra (1977, 1978, 1979, 1980) e na Alemanha (1979, 1980)". (CUNHA, 1984, p. 23).

As discussões em torno das bases de dados seguiram por toda década de 70 e 80. Christian apud Cunha (1984, p. 23) classificou o sistema de bases de dados como um grupo de três componentes: os produtores das bases de dados, seus vendedores

ou distribuidores e seus usuários representados ou conforme a figura a seguir.



Os produtores de bases de dados em sua maioria estão vinculados a organizações governamentais, por exemplo, MEDLARS, ERIC, MARC II dentre outros. Outros estão vinculados a sociedades profissionais e técnicas tais como o SPIN, a PATELL etc. No segundo grupo de componentes, destaca-se os agentes de informação a partir de bases de dados. Por último, o grupo dos usuários, destaca-se as organizacionais constituídas principalmente por instituições acadêmicas e bibliotecas especializadas que são assinantes das bases de dados, tornando-as disponíveis as suas entidades.

A importância e utilização de base de dados é destacada por possibilitar a busca da informação em modo interativo. Através do uso do computador e um sistema de telecomunicações o usuário pode estar com um contato direto com bases de dados. E isto é possível com o surgimento da web.

Atualmente, a Internet é vista e compreendida como fonte de informação, disponibilizando os seus diversos serviços, possibilitou o acesso a uma enorme quantidade de bases de dados, como STN International, Dedalus etc., e também aos acervos

das grandes bibliotecas, como Library of Congress, Biblioteca Nacional, Public Library etc., de maneira rápida e eficiente. (TEIXEIRA, 1997, p. 3).

A contribuição da Internet para as bases de dados é imprescindível para uma fácil recuperação da informação bibliográfica. Vale ressaltar que quando se fala em bibliográfica não se destaca apenas informações que existe no suporte de papel, nesta conotação destaca-se a informação em formato eletrônico.

Os serviços das bibliotecas através das bases de dados que podem ser acessados por meio das telecomunicações são vários. Desse modo, aqui se destacam alguns dos servidores em linhas nacionais e internacionais, resultados da pesquisa de (TEIXEIRA, 1997, p.3), são eles:

- a) AMERICA ONLINE (Estados Unidos) - com bases de dados sobre jogos, correio eletrônico, teleconferência, anúncios, finanças, noticiário (TV, teatro etc.);
- b) ARUANDA/SERPRO (Brasil) - com mais 11 de bases de dados sobre cadastros industriais, marcas e patentes;
- c) BIREME (Brasil) - com mais de quatro bases de dados área médica;
- d) BRS Information Technologies (Nova Iorque) - com mais de 100 bases de dados sobre medicina, química, comércio, ciências sociais e humanidades;
- e) CENAGRI (Brasil) - com mais de cinco bases de dados sobre ciências agrícolas;
- f) CIN/CNEN (Brasil) - com mais de oito bases de dados sobre energia nuclear, física, eletrônica e energia elétrica;
- g) COMPUSERVE (Estados Unidos) - com 80 bases

- de dados sobre finanças, telecompras, jogos, ciência e medicina;
- h) DATA-STAR (Suíça) - com mais de 250 bases de dados sobre comércio, ciências biomédicas, química, engenharia e notícias;
- i) DIALOG Information Retrieval Services Palo Alto, Califórnia) - com 380 bases de dados, praticamente sobre todas as áreas;
- j) DIMDI (Alemanha) - com mais de 250 bases de dados sobre comércio, ciências biomédicas;
- k) Dow-Jones (Estados Unidos) - com mais de cinco bases de dados sobre comércio e apoio a investimentos;
- l) ECHO (comunidade Europeia) - com 30 bases de dados, praticamente sobre todas as áreas;
- m) European Space Agency's Information Retrieval Service (Frascati, Itália) - com mais de 130 bases de dados sobre dados econômicos-estatísticos, catálogo de livros e dados;
- n) IBICT (Brasil) - com seis bases de dados em ciência da informação, catálogo coletivo de periódicos, teses;
- o) JOIS (Japão) - com mais de 10 bases sobre diversas áreas temáticas;
- p) ORBIT Search Service (Londres) - com mais 30 bases de dados sobre informações científicas, técnicas e sobre patentes e proteção ao crédito e informações sobre empresas;
-) Pergamon Financial Data Service (Londres) - com mais de 100 bases de dados sobre serviços destinados à comunidade comercial européia, incluindo marketing e prospecção de vendas, finanças
- r) PRODASEN (Brasil) - com mais de 12 bases de dados nas áreas de direito e jurisprudência;
- s) QUESTEL (França) - com mais de 60 bases de dados nas áreas de direito e jurisprudência;
- t) STN International (Alemanha) - com 132 bases de dados em ciência e tecnologia.

Como são muitos os números das bases de dados existentes, o bibliotecário tem como aliado a utilização da internet para

propiciar o uso dessas informações aos usuários. O bibliotecário deve vê na evolução das tecnologias, destaque para as TIC's, que elas podem somar ao seu serviço. Detectando as desvantagens da internet e sabendo fazer bom uso das vantagens da mesma, o bibliotecário conseguirá satisfazer as necessidades informacionais de sua clientela.

5 CONCLUSÃO

A Internet liga-se aos profissionais da informação na medida que o mesmo a utiliza para obtenção de produtos e serviços disponibilizados em uma biblioteca automatizada, facilitando o uso desta tecnologia de recuperação da informação disponível em sua localização. Com este recurso os profissionais e usuários estão podendo atualizar e/ou abandonar informações que se encontram na obsolescência, podendo dizer que esta transformação cria novos perfis de usuários e de Unidades de Informação.

A evolução dos recursos informacionais trouxe novas formas de recuperar este suporte, pois é através dela que absorvemos conhecimentos de uma forma mais rápida e eficiente causando o BOOM informacional. O ciberespaço, atualmente, é uma realidade mundial sendo o momento de exaltação da era computacional, dando ênfase a dimensão gigantesca que a rede e seus serviços disponibilizam em uma biblioteca que utiliza este recurso tecnológico, através de bancos e bases de dados, das publicações eletrônicas, do modo interativo da WEB, em fim, da era digital. A aplicabilidade da rede de computadores (Internet), em uma biblioteca inclui novas formas de acesso aos recursos da mesma, páginas e ligações com dados on-line, recursos como: aquisição, catalogação e classificação

atualizada para que possam desenvolver mais rapidamente a busca de soluções de problemas na segurança, autenticidade e estrutura dos produtos e serviços disponibilizados pela U.I. ao cliente.

THE USE OF THE INTERNET AS RESOURCE INFORMACIONAL IN A LIBRARY

ABSTRACT

The paper of the InterNet in the library. It approaches the importance of the use of the InterNet as a resource to be used by users in the library. A distinction between InterNet and Intranet, its advantages and disadvantages becomes. The products and services disponibilizados for the Technologies of the information are cited, detaching the use of the databases in line.

Wordkeys: Internet. Database. Library.

REFERÊNCIAS

BLATTMANN, Ursula et al. **O mau uso da Internet em bibliotecas: um enfoque educacional**. In: BLATTMANN, Ursula; FRAGOSO, Graça Maria (Org). *O zapear a informação em bibliotecas e na internet*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Bases de dados e bibliotecas brasileiras**. Brasília: ABDF, 1984.

DUTRA, Deusinete de Jesus. Democracia cultural versus novas tecnologias. *Bibliopet*. São Luís: Imprensa Universitária, v. 9, n. 1, p. 1-52, jan./dez. 1998.

FERREIRA, José Ricon. O impacto da tecnologia sobre o desenvolvimento nacional. *Ciência da informação*, Brasília, v. 23, n 1, p. 9-15, jan./abr. 1994.

MARTIN, Chuck. **O futuro da Internet**. São Paulo: Makron Books, 1999.

ROWLEY, Jennifer. **A biblioteca eletrônica**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2002.

SANTOS, Fernando César Almada et al. Tendências de reconfiguração dos serviços de informação de bibliotecas universitárias em função dos novos padrões de gestão. *Ciência da informação*, Londrina, v. 2, n. 2, p. 23-32, jul./dez. 1997.

TEIXEIRA, Cenidalva Miranda de Sousa. A Internet e seu impacto nos processos da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v 26, n. 1, p. 1-14, jan./abr. 1997.



Páginas da Vida
Prof. Ms. Rita Gonçalves Marques Portella Ferreira

Professora Rita é Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília. Especialista em Planejamento e Administração de Sistemas de Informação pela Universidad Haveriana de Bogotá - Colômbia, e em Planejamento de Serviços de Referência, pela UFMA. Bacharel em Biblioteconomia pela UFMA.

Professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Possui larga experiência nos campos técnico e docente da Biblioteconomia. Atualmente ministra as disciplinas Marketing em Unidades de Informação e Política Editorial. Editora e Coordenadora do Conselho Editorial das Revistas Científicas Infociência e Bibliomar. Coordenadora de Monografia de Graduação do Curso de Biblioteconomia. Supervisora de Estágio Curricular. Membro do Colegiado do Curso de Biblioteconomia. Cargos exercidos, em substituição, na UFMA: Pró - Reitora de Graduação, Coordenadora do I Ciclo Básico, Coordenadora do Curso de Biblioteconomia, Chefe do Departamento de Biblioteconomia. Cargo Efetivo na UFMA: Chefe do Departamento de Organização Acadêmica - DEOAC da Pró - Reitoria de Graduação. Outros Cargos Exercidos: Chefe do Núcleo de Informação e Documentação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-MA. Chefe da Biblioteca da Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR - MA. Diretora do Diário Oficial do Maranhão. Membro Fundador do Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola. Membro do Comitê Nacional do Sistema de Documentação do SIBRATER.

Diretora da Biblioteca Estadual de Agricultura do Maranhão - BEAGRI - MA. Coordenadora do Comitê Estadual de Informação e Documentação Agrícola do Maranhão. Coordenadora do Grupo de Bibliotecários Agrícola do Maranhão. Membro do Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB. Coordenadora da Comissão de Ética do CFB. Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia - 13ª Região. Delegada do Conselho Regional de Biblioteconomia - 3ª Região. Editora das Revistas Científicas Infociência e Bibliomar. Autora do Livro: Edição e Normalização de Publicações Oficiais do Maranhão. Outros Trabalhos Publicados. Bibliografia sobre Ética; Fundamentos e ética profissional do bibliotecário; 2003 - 2005. Fundamentos éticos de consciência bibliotecária. Política Editorial no contexto da indústria da informação. Autora dos Projetos: Memória Técnica e Histórica da Extensão Rural no Maranhão; Rede de Bibliotecas Regionais da Emater - Ma: descentralização da informação agrícola. Edição e Padronização das Publicações da EMATER - MA. Unidades Referenciais de Informação da Extensão Rural. Biblioteca Estadual de Agricultura do Maranhão. Centro de Documentação e Informação da CEPA: Centro de Documentação e Informação da COMARCO. Outros Cursos de aperfeiçoamento: Elaboração e análise de planos, programas e projetos; Planejamento de Bibliotecas; Indexação; Aperfeiçoamento em Catálogo Sistemático; Edição nos órgãos Oficiais; Métodos e Técnicas de Pesquisa; Documentação e Arquivo; Perfil de usuário; Aplicabilidade e tecnologia do sistema micrográfico; Marketing

em Bibliotecas; Indexação e thesaurus. Ações Profissionais desenvolvidas, Implantou no NIDOC os Serviços: Disseminação Seletiva da Informação, Notificação Corrente, Mala Direta, Boletim Mensal Informativo, Listas Personalizadas, Circulação de Periódicos, Sumários Correntes. Criou o Sistema de Arquivo e Protocolo, Serviço de Projeção e Armazenamento de Audiovisuais, Serviço de Leitura de Microfilmes, Serviço de Informação Corrente, etc. Como Membro do Comitê Nacional do SIDOC/SIBRATER foi autora executora de vários projetos para expansão e dinamização do Sistema de Informação, Dentre outros destacam-se: "Criação da Rede de Bibliotecas Regionais da Emater - Ma", constituídas de 18 unidades nos municípios Pólos dessa Empresa, com objetivos de descentralizar e tornar acessível a informação para técnicos e produtores rurais; "Serviço de Editoração e Conselho Editorial", com objetivos de alcançar a sistematização e padronização da produção de informação no formato de publicação; "Unidades Referenciais de Informação" para disponibilizar obras básicas de referências para atendimento às pequenas pesquisas nas Unidades Operativas da Empresa; "Memória Técnica e Histórica da Extensão Rural no Maranhão", para resgatar junto aos ex-dirigentes e produtores assistidos os feitos e benefícios da extensão rural na sua trajetória no Maranhão. No Sistema de Agricultura do Maranhão elaborou e assessorou a execução dos projetos, do Centro de Documentação da CEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola e da Companhia Maranhense de Colonização - COMARCO. Foi autora do projeto e

coordenadora da Biblioteca Estadual de Agricultura do Maranhão - BEAGRI - MA e do Centro Referencial Estadual de Informação Agrícola. Implantou e coordenou a Biblioteca Estadual de Agricultura do Maranhão. Como Diretora do Diário Oficial do Maranhão, elaborou os Projetos: Reformulação Editorial - Gráfico do Diário Oficial. Indexação Diária e Mensal do Diário Oficial; Organização e Encadernação da Coleção do Diário Oficial; Reativação e Organização da Biblioteca e do Arquivo do SIOGE; Editoração e Normalização das Publicações Oficiais.

No âmbito dos Órgãos de Classe foi Delegada no Maranhão do Conselho Regional de Biblioteconomia - 3ª Região, com sede no Ceará. Participou dos trâmites de criação do Conselho Regional de Biblioteconomia no Maranhão. Presidente do CRB - 13; Coordenadora do Comitê Estadual de Informação Agrícola; Coordenadora do Grupo de Entre - Ajuda dos Bibliotecários do Estado do Maranhão - GEABOM; Coordenadora do Grupo de Bibliotecários Agrícolas do Maranhão - GBIDA, vinculados a Comissão Brasileira de Documentação Agrícola - CBDA e à Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão - APBEM; Como Membro do Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB e Coordenadora da Comissão de Ética do CFB.

Agora que já foi desenhado um breve perfil profissional da Professora Rita Portella vale conhecer também, um pouco da sua trajetória de vida, quase impossível de separar o profissional do pessoal, pela forma de como ela se

entrega e se dedica às coisas que faz. Ela Nasceu em Kelrú, município de Itapecurú. Veio muito cedo para São Luís onde cursou o primeiro, segundo e terceiro grau. Casou-se com Portella e construiu uma linda história de amor de onde brotou três filhos. Mas a professora tem uma página na sua vida que poucos conhecem. Ao terminar o segundo grau retornou à sua terra natal onde ficou durante sete anos desenvolvendo um serviço social e educativo para crianças, jovens e adultos, materialmente desfavorecidos. Criou a Escola São Patrício. Cuidou do desenvolvimento daquela comunidade oferecendo cursos de alfabetização para crianças, jovens e adultos, corte e costura, bordado, pintura em tecido, tricô, crochê, cuidados básicos de saúde e higiene, tudo isso com a dedicação de quem ama sua terra e o seu povo. Lá adquiriu a amizade e a admiração de todos. Sempre exerceu suas atividades com profissionalismo e competência. Por tudo isso, nós, seus alunos de Política Editorial, semestre 2006.1 manifestamos nossa admiração e carinho lhe prestando esta pequena homenagem, trazendo para as páginas da Bibliomar, um pouco de você. **PARABÉNS!**



ATENÇÃO, VEM AI

↗ **IX EREBD SUL** - Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação

Local: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC - Campus Universitário - Trindade - Florianópolis - SC

Período do Evento: 28 de abril a 1º de maio de 2007

TEMA: A CONTRIBUIÇÃO DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA SOCIEDADE INCLUSIVA

↗ **XXX ENEBD 2007** - Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação.

Local: UNIVERSIDADE DE SÃO CARLOS

Período do Evento: 22 a 28 de Julho

TEMA: Atuação inovadora na Geração, Uso e transferência da Informação"

➤ **O PET - Programa de Educação Tutorial e o Curso de Biblioteconomia**

O grupo PET (Programa de Educação Tutorial) vem promovendo ações voltadas ao curso de Biblioteconomia, com o intuito de estreitar a relação dos discentes com os componentes do programa. O PET realiza atividades que desenvolvam o ensino, pesquisa e a extensão, além de promover cursos, seminários, debates, sala de visita, mostras, etc.

SAIBA MAIS SOBRE A PROFISSÃO E O PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA:

- Conselho Regional de Biblioteconomia - CRB 13 Região
<http://www.crb13.org.br/> E-mail: crb13@bol.com.br
Autarquia Federal com jurisdição no estado do Maranhão.
Rua da alegria, n. 395 – centro, São Luís-MA, (098) 9221-0623.
- Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições - FEBAB <http://www.febab.org.br/> E-mail: febab@febab.org.br. Fundada em 26.07.1959, sua missão defender e incentivar o desenvolvimento da profissão. Tem como objetivos congregar as entidades para tornarem-se membros e instituições filiadas; coordenar e desenvolver atividades que promovam as bibliotecas e seus profissionais.
- Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação ABECIN <http://www.abecin.org.br/> E-mail: abecin@abecin.org.br
Entidade criada em 1967 com nome de ABEED e, desde 2001,

mudou para Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), tem como objetivo fundamental propiciar o aprimoramento do ensino da área. Promove desde 1986 os Encontros Nacionais de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação (ENEBCI's), realizados trienalmente.

- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT <http://www.ibict.br/> E-mail: webmaster@ibict.br. Antigo IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, fundado em 1954, assume papel de agregador e integrador das iniciativas de informação científica e tecnológica no país.
- Lei nº 9.674, de 26 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências.
- Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício.

Esclarecimentos aos autores

A REVISTA BIBLIOMAR publica artigos, relatos de experiências, resenhas, resumos e informes pertinentes à área de Biblioteconomia, cabendo ao seu Conselho Editorial a decisão final sobre a publicação. O simples envio de originais, não significa que seja publicado autorização do autor para sua publicação. A Revista Bibliomar exime-se do pagamento dos direitos autorais ou fornecimento de separatas.

Normas para Apresentação de trabalhos:

1. Os originais entregues à Comissão de Captação de Originais serão apreciados, selecionados e aprovados pelo Conselho Editorial.
2. O texto não deve ser paginado, possuir no mínimo 3 pág., incluindo o resumo e a referência.
3. Em folha à parte o(s) autor(es) deverá(ao) apresentar as seguintes informações: nome completo do(s) autor(es), qualificação acadêmica, instituição vinculada, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato.
4. Os artigos deverão ser redigidos em português, digitados em papel branco A4 (21,0 cm x 29,7 cm) no programa "Word for Windows", com uso da letra no formato Arial, em espaço 1,5 entrelinhas, fonte tamanho "12" para o texto e tamanho "10" para citações longas e notas de rodapé. Devem assegurar a padronização obedecendo a NBR 14724/2002, da ABNT

(Associação Brasileira de Normas Técnicas) às margens:

- superior: 3,0 cm;
- inferior: 2,0 cm;
- esquerda: 3,0 cm;
- direita: 2,0 cm;
- parágrafo: 2,0 cm a partir da margem esquerda;
- citação longa: recuo de 4,0 cm da margem esquerda.

5. O original, deverá ser acompanhado de 02 vias impressas acompanhadas do respectivo disquete com identificação do autor (ou autores, se for o caso) e título do trabalho.

6. A primeira página deve conter as informações na seguinte ordem:

- a) Título do trabalho em negrito e subtítulo centralizado, se houver;
- b) Nome(s) do(s) autor(es) seguido(s) de asterisco(s), remetendo para o rodapé da página, a qualificação acadêmica, instituição a que está vinculado;
- c) Resumo informativo de até aproximadamente 150 palavras em português, acompanhado das palavras-chave que identifiquem o conteúdo;
- d) Tradução do respectivo resumo e palavras-chave (fonte 10, espaço simples entrelinhas) após as resumo em português para efeito de praticidade e recuperação eficaz da informação.

7. Os títulos das tabelas e quadros devem ser numerados consecutivamente em algarismos arábicos. Esses algarismos devem vir acima das ilustrações seguidas dos respectivos títulos, apenas com a inicial maiúscula. Quando as tabelas e quadros são transcritos, devem se colocar abaixo uma legenda indicando a fonte.

8. Sempre que for mencionada uma citação no texto indica-se a fonte consultada. Para efeito de padronização seguir a NBR 10520/2002, da ABNT seguindo o sistema autor-data, remetendo-se para a Referência, ficando o rodapé para as notas.

9. As referências devem ser elaboradas obedecendo ao disposto na NBR 6023/2000 da ABNT, ora em vigor. Todo autor citado no texto deverá constar em uma lista chamada Referência, em ordem alfabética pelo sobrenome do autor.

Observação: Os autores dos artigos publicados receberão certificados.

Endereço para o envio de original:

Universidade Federal do Maranhão

Centro de Ciências Sociais

Curso de Biblioteconomia Disciplina: Política Editorial

Revista BIBLIOMAR

Campus Universitário do Bacanga Av. dos Portugueses, s/nº

São Luís Maranhão

CEP: 65.080-040

Criada, em 2002, a revista **BIBLIOMAR** tem por finalidade de atuar como laboratório para as práticas da disciplina Política Editorial e como canal para divulgação acadêmica dos alunos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão.